ARQUITETO

Tecnologia: proteção duvidosa?

O decreto que alterou a lei protecionista da engenharia brasileira é como um passo dado em duas direções. À frente, considera nacional apenas a empresa cuja maioria de capital esteja em mãos de brasileiros. Mas concede igualdade às estrangeiras estabelecidas no país há mais de dez anos. Pág. 4/5.

A revolução urbana em Chicago

Mais de um bilhão de dólares serão gastos anualmente na recuperação da área central de Chicago. É o que conta, nas páginas 6 e 7, o arquiteto carioca Ephim Schluger, nosso correspondente nos EUA. Ele fala também da escala industrial das empresas norte-americanas de arquitetura.

Código contra incêndios, para evitar tragédias

A elaboração de um Código Nacional fixando normas para prevenção de incêndios foi uma das principais reinvindicações do Simpósio de Prevenção Contra Incêndios realizado na Câmara Federal, em junho. Essa e outras recomendações do encontro estão na página 20.

CNPU: uma conquista dos arquitetos

A criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana representa uma conquista dos arquitetos e urbanistas brasileiros, refletindo muitas das preocupações manifestadas durante o Encontro Nacional sobre Metropolização, promovido pelo IAB em São Paulo. Na página 3, uma primeira análise do decreto que criou a CNPU.

Projeto CURA: arquitetos fazem balanço

O Projeto CURA foi criado para ser um instrumento de ordenação dos investimentos em infra-estrutura urbana e, ao mesmo tempo, promover o adensamento populacional de certas áreas. Nas páginas 9 a 16, um balanço da atuação desse programa em várias cidades.

Recepção aos novos arquitetos

O IAB-SP e o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo promovem no próximo dia 5 de julho coquetel e show de música popular brasileira em homenagem aos formandos de 1973. E no dia 11, às 21 horas, será aberta a exposição de trabalho dos arquitetos fotógrafos Cristiano Mascaro, Abelardo Alves Neto, Antonio José Saggese, Percival Brosig, Alcino Izzo Jr. e Walter Figueiredo.

Capa de Claudio Tozzi

CNPU: arquitetos e urbanistas querem participação

Na opinião do presidente do IAB-SP, Eurico Prado Lopes, a criação da CNPU — Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana — representa uma conquista dos arquitetos e urbanistas brasileiros. A comissão reflete as preocupações manifestadas durante o Encontro Nacional sobre Metropolização do Brasil, realizado pelo IAB nacional, em novembro do ano passado, em São Paulo (ver **Arquiteto** n.º 13).

Entre o decreto baixado no dia 5 de junho, pelo Ministério do Interior e a Secretaria do Planejamento e as recomendações encaminhadas ao governo federal pelos participantes do Encontro há inúmeras semelhanças. Entretanto, Prado Lopes ressalta que é imprescindível a participação dos arquitetos e urbanistas — através do IAB — num órgão dessa natureza, assim como outras entidades setoriais, de nível nacional, envolvidas no planejamento urbano. "O IAB deverá lutar, agora, para que a CNPU adote as outras medidas sugeridas pelos arquitetos", acrescenta.

Para analisar mais detidamente as diretrizes e a estratégia da CNPU e suas implicações, o IAB-SP vai promover uma reunião, em meados de julho, e o IAB nacional já está estudando a organização do II Encontro Nacional sobre Metropolização do Brasil.

Sugestões do Encontro

Os principais pontos de concordância entre o documento encaminhado e o texto do decreto são os seguintes:

Encontro — Criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, a nível ministerial, destinado a "promover a compatibilização das ações das diversas unidades governamentais com as exigências das unidades espaciais existentes no país, identificadas como regiões, metrópoles e cidades".

Decreto — O artigo 1.º cria a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), "com a finalidade de acompanhar a implantação do sistema de regiões metropolitanas e de propor as diretrizes, estratégias e instrumentos da política nacional de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar sua execução". O artigo 2.º estabelece que a composição da CNPU será **interministerial.**

Encontro — O estabelecimento de uma política nacional de desenvolvimento urbano e metropolitano, para orientar o crescimento do espaço urbano do país e harmonizar os diversos esforços programáticos em vias de realização, como o planejamento metropolitano e urbano existentes e a serem estimulados.

Decreto — Estabelece, no artigo 3.º, que compete à CNPU acompanhar a implantação do sistema de regiões metropolitanas; propor as diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano, formulando a estratégia para a sua implantação e os objetivos a serem atingidos; propor as normas e os instrumentos de ação necessários ao desenvolvimento urbano do país.

Encontro — O aproveitamento do acervo institucional e das experiências alcançadas por órgãos federais, notadamente o SERFHAU, para a promoção nacional do planejamento urbano e metropolitano, criando instrumentos para reforçar a atuação dessas entidades em apoio ao disciplinamento global do fenômeno urbano (...).

Decreto — O item **D** do artigo 3.º estabelece, como competência da CNPU, "articular-se com ministérios, superintendências de desenvolvimento regionais e demais órgãos governamentais envolvidos com a execução da política nacional de desenvolvimento urbano, de modo a assegurar a implementação compatibilizada dos programas e projetos estabelecidos".

Encontro — Orientação da progressiva consolidação de um sistema interno de influência de uma região metropolitana sobre as demais, evitando o aparecimento de uma forma de dependência interna, estabelecida pelas áreas mais ricas e industrializadas sobre as demais regiões.

Decreto — Na exposição de motivos, o ministro do Interior e o secretário do Planejamento frisam que "a política de desenvolvimento urbano deve ser entendida como instrumento de aceleração do processo de integração nacional, contribuindo para a redução das desigualdades inter e intra-regionais e para a ordenação e expansão da ocupação produtiva do espaço brasileiro".

Uma recomendação não aproveitada é a sugestão da promoção sistemática de pesquisa nas diversas realidades metropolitanas, "visando identificar suas peculiaridades e diferenças, procurando estabelecer formas objetivas de atuação para a solução nas realidades identificadas".

O Encontro recomendou, ainda, várias medidas em nível estadual (como a criação de Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Urbano), municipal, e a nível da Universidade. "Um dos problemas a serem enfrentados na aplicação de uma política urbanística nacional", diz Prado Lopes, "é o fracionamento do mesmo organismo urbano, pela multiplicidade das administrações municipais: seria necessária uma administração metropolitana para coordenar, efetivamente, a aplicação dos recursos dos diversos municípios, adequando os programas de cada município ao planejamento regional."

Por outro lado, acrescenta o presidente do IAB-SP, é necessário que a política urbana a ser seguida pela CNPU não se restrinja à eliminação de barreiras ao desenvolvimento econômico: "Os problemas devem ser encarados também do aspecto social e humano. Se a motivação hoje é maximizar o desenvolvimento pela eliminação de barreiras, a CNPU deve incorporar também critérios culturais — no sentido da posição do próprio homem e de sua cultura — de sua arquitetura e de seu espaço".

Eurico Prado Lopes diz ainda ser necessário "que os investimentos se destinem à promoção de condições de habitação a todas as camadas da população, principalmente as camadas mais baixas, que não foram beneficiadas pelos recursos e financiamentos existentes".

ARQUITETO

Ano II número 15

Tiragem: 11.000 exemplares

ARQUITETO propriedade do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo e Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo.
Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.**
Redação, Administração e Publicidade: Rua Frei Caneca 322 - térreo, telefone: 256-8771, CEP 01307 — São Paulo. Distribuição gratuita dirigida a arquitetos em todo o Brasil.
Assinatura (12 números), Cr$ 60,00.
Número atrasado, Cr$ 10,00.

SAESP
Presidente: Alfredo Paesani; **Vice-Presidente:** Geraldo Vespasiano Puntoni; **Secretário:** Helène Afanasieff; **Tesoureiros:** Roberto Loeb e Gregório Zolko; **Diretor:** Edith Gonçalves de Oliveira. **Suplentes:** Israel Sancovsky, Sérgio Sune Pileggi, José Luis Fleuri de Oliveira, João Clodomiro de Abreu, Léo Bonfim Jr., Luiz Ernesto Gadella.

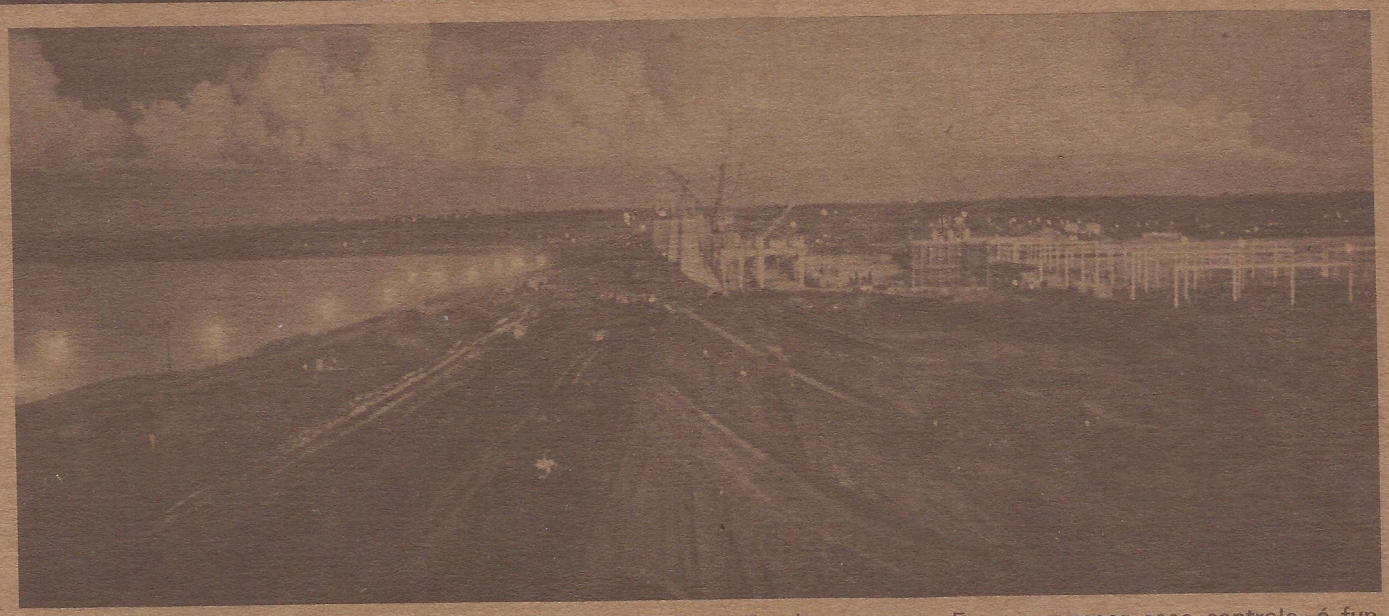
IAB-SP
Presidente: Eurico Prado Lopes; **Vice-Presidentes:** Benno Michael Perelmutter, Ruy Gama, Eduardo Corona; **Secretário-geral:** José Magalhães Junior; **Secretários:** Walter Renan Abreu Maffei, Maria Cecília Closs Scharlach; **Tesoureiros:** Nedir Falqueiro, Tito Lívio Frascino; **Diretores:** Haron Cohen, José Cláudio Gomes, Fábio Goldman, Rita Olmo Aprigliano, Rogério Antônio Dorsa Garcia, Alessandro Ventura; **Conselho Fiscal:** Geraldo Vespasiano Puntoni, Leon Dikstejn, Vasco de Mello; **Representantes no Conselho Superior:** João Batista Vilanova Artigas, Paulo Archias Mendes da Rocha, Sérgio Zaratini, Israel Sancovsky, William Munford, Fuad Jorge Cury (titulares), Jorge Wilheim, Maurício Kogan, Francisco Petracco.

ARQUITETO
Diretor responsável: Fábio Penteado; **Editor:** Vicente Wissenbach; **Publicidade:** Romeu Onaga (diretor), Luiz Carlos Onaga; **Coordenadores:** Sérgio Teperman, Helène Afanasieff, Maria Helena Flynn; **Grupo Executivo de Divulgação do IAB:** Tito Lívio Frascino (coordenador); **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), Kazumi Kusano (editor assistente/redação), Julio Hungria (Rio), Francisco Caruso (ilustrações), Roberto Correia de Menezes (Produção), Regina Rodrigues de Lima (revisão); **Colaboradores:** Arquitetos Ana Maria Dente, Álvaro Caldeira, Bona de Villa, César Bergström Lourenço, Cristiano Mascaro, Maria Cecilia Scharlack, Teru Tamaki, Ubirajara Giglioli, Maria Elisa Canedo (Rio); **Fotografia:** Fotógrafos Associados; **Composição:** Linotipadora Godoy Ltda.; **Fotolitos:** Grafcolor; **Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.

Debate

Agora, as obras estaduais e municipais também estão sujeitas à legislação que defende a tecnologia nacional. Em debate, aspectos dos decretos que regulamentam o assunto.

Defesa das nacionais ou abertura para as estrangeiras?



Um dos aspectos mais importantes do decreto n.º 73 685, baixado no dia 19 de fevereiro de 1974 — introduzindo algumas alterações na legislação federal que visa o desenvolvimento da engenharia nacional e limitação à participação externa —, é a extensão de sua aplicação aos Estados, municípios e respectivas entidades de Administração Indireta (Art. 2.º).

No Estado de São Paulo, o governo já havia adotado, com o decreto n.º 52 323, de 26 de novembro de 1969, medidas estabelecendo normas semelhantes às instituídas pelo decreto federal n.º 64 345, de 10 de abril de 1969, o primeiro da série de leis defendendo a tecnologia nacional no setor.

As opiniões das entidades de classe, escritórios de consultoria técnica, de engenharia e arquitetura sobre o decreto n.º 73 685, que alterou os dispositivos do artigo 1.º do decreto n.º 64 345, coincidem em um ponto: a nova lei desfavorece as empresas nacionais, na medida em que equipara, no seu parágrafo 4.º, as firmas estrangeiras do setor estabelecidas no país há mais de dez anos. Isso significa que elas passam a competir com as brasileiras, em igualdade de condições, nas concorrências para a contratação de obras públicas federais.

Por outro lado, os parágrafos 2.º e 3.º constituem uma evolução, porque explicitam que, para ser considerada nacional, a empresa deve ter mais da metade do seu capital votante sob controle de brasileiros natos ou naturalizados.

"Assim impede-se que ocorra falso controle acionário", diz Eurico Prado Lopes, presidente do IAB-SP. Na legislação anterior, podia-se entender por controle a posse de 40% das ações por brasileiros, enquanto três empresas estrangeiras participavam com 20% cada. Nesse caso poderia ocorrer, na realidade, um controle efetivo por parte dos estrangeiros, pois, tratando-se de um "holding", elas deteriam 60% das ações.

Nacionalização

O arquiteto Eurico Prado Lopes sugere uma alternativa para a situação criada pela equiparação das empresas estrangeiras com mais de dez anos de atividade no Brasil às nacionais. Ele propõe que seja estabelecido um prazo para que, gradativamente, seu controle passe às mãos de brasileiros.

"Esse item", diz Prado Lopes, "pretende evitar que ocorra desemprego de profissionais, já que, por preceito legal, as empresas têm 2/3 de seu corpo técnico formado por brasileiros. Se a intenção é essa — evitar prejuízos para profissionais brasileiros —, deveria haver um prazo para que se processe sua nacionalização, corrigindo a situação. Da maneira como está, fica eternizado o controle acionário externo em algumas empresas."

Marcelo Fragelli, arquiteto e diretor da Promom Engenharia, concorda com o presidente do IAB-SP. Na sua opinião, como o parágrafo 4.º do decreto n.º 73 685 não faz referência ao controle acionário das empresas equiparadas, "ele abre as portas à penetração internacional. As firmas que já existem e têm apoio financeiro externo ficam em condições de igualdade com as nacionais".

"Nas empresas onde o capital estrangeiro é majoritário", acrescenta Fragelli, "a tecnologia é monopolizada, não ocorrendo o processo de absorção preconizado pelo primeiro decreto (n.º 64 345), que tem como objetivo a defesa da tecnologia nacional."

Como fiscalizar?

Israel Sancovski, do Escritório Bonilha & Sancovski Arquitetos, ressalta que, analisando os parágrafos que estabelecem a participação majoritária de capital brasileiro em mais de 50%, "houve realmente, do ponto de vista legal, uma evolução", mas frisa: "temos que, de um lado, obter a evolução da legislação, mas paralelamente devemos prosseguir atentos ao seu emprego. A legislação apenas não basta, porque pode ser burlada". Uma das formas possíveis de burla, diz ele, é "a presença de pessoas brasileiras que representam interesses de grupos estrangeiros, e exemplos disso existem em setores mais controlados, como o bancário".

E, para exercer esse controle, é fundamental "assegurar a própria capacidade de atuação dos técnicos e empresas brasileiras do setor".

"Outra possibilidade de burla", acrescenta, "se localiza na própria definição do nível de capacitação da tecnologia nacional, e nesse sentido tem havido distorções muito graves. Há exemplos de problemas tidos como de complexidade excepcional, para cuja abordagem foram trazidas empresas estrangeiras, que supostamente deveriam trazer seu know-how. O que se observou, na verdade, é que elas trouxeram poucos técnicos, e nem sempre os melhores profissionais de seus quadros, utilizando técnicos brasileiros, contratados aqui."

O controle, com os brasileiros

Sancovski defende o princípio de que podemos contratar empresas estrangeiras de assessoria, mas a direção e o controle devem permanecer nas mãos de empresas e técnicos brasileiros.

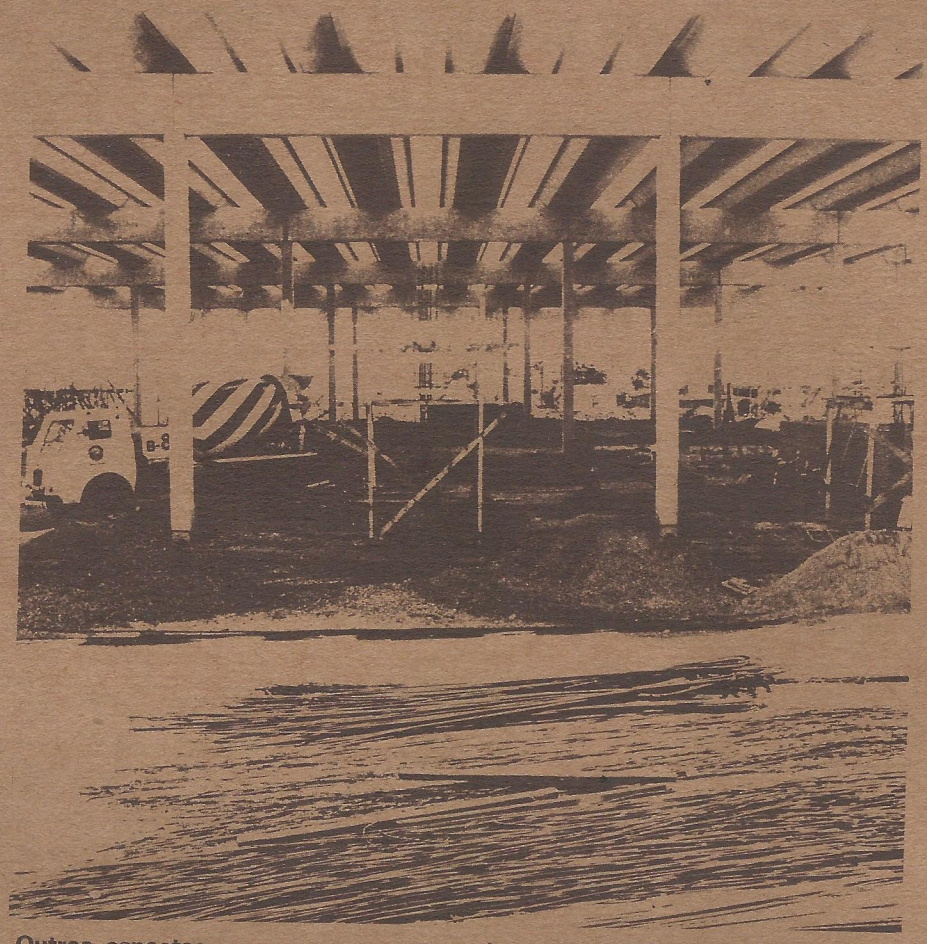
Quanto ao problema do quadro técnico das empresas estrangeiras, Alfredo Paesani, presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, esclarece que já existem instrumentos legais para o controle, através do decreto n.º 73 140 de 9/11/73, que entrou em vigor em 1.º de janeiro de 1974. Essa lei determina que as empresas devem apresentar, na contratação e concorrência, o seu corpo técnico, com a autorização escrita de cada um dos profissionais. Não poderá haver substituição sem prévia autorização da entidade promotora da licitação, o que assegura a manutenção do nível técnico proposto.

Peter José Schweizer, presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado da Guanabara, também enfatiza o aspecto da fiscalização: "O que nos preocupa é a fragilidade dos sistemas de fiscalização governamentais para o cumprimento de tão importantes dispositivos legais. No caso dos CREAs, por exemplo, vamos encontrar estruturas regionais extremamente diferenciadas, com maior ou menor capacidade para o desempenho da fiscalização".

"A tecnologia internacional pode ter processos novos, complexos, que podem não ser adequados — e geralmente não o são — aos problemas específicos do Brasil." — Arq. Eurico Prado Lopes.

O.S. 34.689 - ■ 2

Defesa das nacionais ou abertura para as estrangeiras?



Outros aspectos

O decreto n.º 73 685 trouxe à baila outros aspectos da legislação em vigor. O primeiro decreto foi o n.º 64 345, de 10 de abril de 1969, que instituiu normas para a contratação de serviços pelos órgãos de administração federal. O objetivo básico era o desenvolvimento da engenharia nacional e a limitação da participação de firmas estrangeiras. Estabelecia que empresas estrangeiras só poderiam ser contratadas "mediante prévia e expressa autorização do ministro de Estado sob cuja jurisdição estiver o órgão ou entidade", criando um cadastro de empresas em cada ministério.

A lei que se seguiu — o decreto complementar n.º 66 717, de 15 de junho de 1970 — esclareceu que, quando se admitisse a contratação de firmas estrangeiras, "procurar-se-á promover o consórcio com empresas nacionais, de forma a assegurar satisfatória **transferência de tecnologia**".

Entretanto, uma brecha a manobras mal intencionadas ficou aberta com o artigo 8.º e seu parágrafo único, pois "qualquer interessado" poderia requerer a baixa da inscrição de empresas que tivessem deixado de "possuir requisitos de capacitação e qualificação técnicas exigidas", assim como se ficasse "comprovado que deixou de acompanhar o desenvolvimento tecnológico atingido pela especialidade, em comparação com suas congêneres no exterior".

A distorção foi logo corrigida, com o decreto n.º 66 864, de 10 de julho de 1970 (25 dias depois, portanto), que alterou a redação dos artigos 1.º, 2.º, 8.º e 9.º do decreto N.º 66 717.

A nova lei definiu o Ministro de Estado como autoridade competente para decidir sobre a perda de qualificação, eliminando a possibilidade de outra empresa requerer o cancelamento da inscrição no cadastro.

Absorção de tecnologia

"A tecnologia internacional", diz Eurico Prado Lopes, "pode ter processos novos, complexos, que podem não ser adequados — e geralmente não o são — aos problemas específicos do Brasil. É necessário estabelecer critérios mínimos nesse sentido."

E, no campo da arquitetura, segundo Peter Schweizer, do Sindicato da Guanabara, uma temporária desatualização tecnológica pode ser rapidamente recuperada, "com a abundância de informações e recursos de formação disponíveis no mundo moderno".

Completando sua colocação, o arquiteto carioca Luciano Medeiros, conselheiro do CREA da Guanabara, acrescenta que "a solução do espaço físico não pode ser dada por um computador. O espaço é para ser vivido, andado. A criatividade do arquiteto é diferente da que caracteriza o cientista. Um arquiteto observa "in loco" uma obra e vê imediatamente o uso do espaço e as soluções aplicadas".

Empresas estrangeiras

Quando o CONFEA baixou a resolução n.º 209 (1.º/09/72), dispondo sobre o registro de pessoas jurídicas estrangeiras, o IAB manifestou-se imediatamente, ressaltando que a legislação em vigor (lei n.º 5 194, de 24/12/66) permitia a contratação de profissionais especializados quando ocorresse a escassez em determinada especialidade e considerado o interesse nacional, mas não se referia, em nenhum momento, a pessoas jurídicas.

"Se a Lei em nenhuma passagem de seu texto faz qualquer referência a firma estrangeira, é porque a mesma não representou e não representa vantagens para a solução de nossos problemas. É forçoso, portanto, examinar-se a escala de competência, no trato de um problema de tamanha magnitude", frisava a manifestação do IAB nacional, exprimindo a posição assumida — contra o registro de firmas estrangeiras — pelo I Congresso de Arquitetos Planejadores, realizado em Curitiba em maio de 1966.

É a seguinte a íntegra do Decreto n.º 74 685:

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Título XII, do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e na Lei n.º 5 456, de 20 de junho de 1968, decreta:

Art. 1.º — O artigo 1.º do Decreto n.º 64 345, de 10 de abril de 1969, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Os órgãos da Administração Federal, inclusive as entidades da Administração Indireta, só poderão contratar a prestação de serviços de consultoria técnica e de engenharia com empresas estrangeiras nos casos em que não houver empresa nacional devidamente capacitada para o desempenho dos serviços a contratar.

§ 1.º — Consideram-se empresas nacionais para os fins deste artigo as pessoas jurídicas que, regularmente constituídas no país, tenham aqui sede e foro, estejam sob o controle acionário de brasileiros natos ou naturalizados residentes no país, e tenham pelo menos metade de seu corpo técnico integrado por brasileiros natos ou naturalizados.

§ 2.º — Considera-se, também, empresa nacional, para efeito deste artigo, a que, constituída regularmente no país, e aqui sediada, tenha mais de metade do seu capital votante detida por pessoas jurídicas que preencham as condições estabelecidas no parágrafo 1.º.

§ 3.º — Entende-se por controle acionário o poder exercido por pessoas que detenham mais de 50% (cinqüenta por cento) do capital social com direito a voto.

§ 4.º — As empresas nacionais, a que se refere o parágrafo 1.º, são equiparadas, para os fins deste artigo, às pessoas jurídicas que, regularmente constituídas no país para a prestação de serviços de consultoria técnica e de engenharia, tenham, na data deste decreto, há mais de 10 (dez) anos, sede e foro no Brasil e seu corpo técnico integrado por 2/3 (dois terços) de brasileiros natos ou naturalizados."

Art. 2.º — Aplicam-se aos Estados e Municípios, e às respectivas entidades de administração Indireta, as disposições dos Decretos n.ºs 64 345, de 10 de abril de 1969, com as alterações do presente Decreto, 66 717, de 15 de junho de 1970, e 66 864, de 10 de julho de 1970.

Parágrafo único — Competirão, conforme o caso, ao Governador, ou Prefeito, e aos Secretários, respectivamente, as atribuições cometidas, pelos decretos referidos neste artigo, ao Presidente da República e aos Ministros de Estado.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

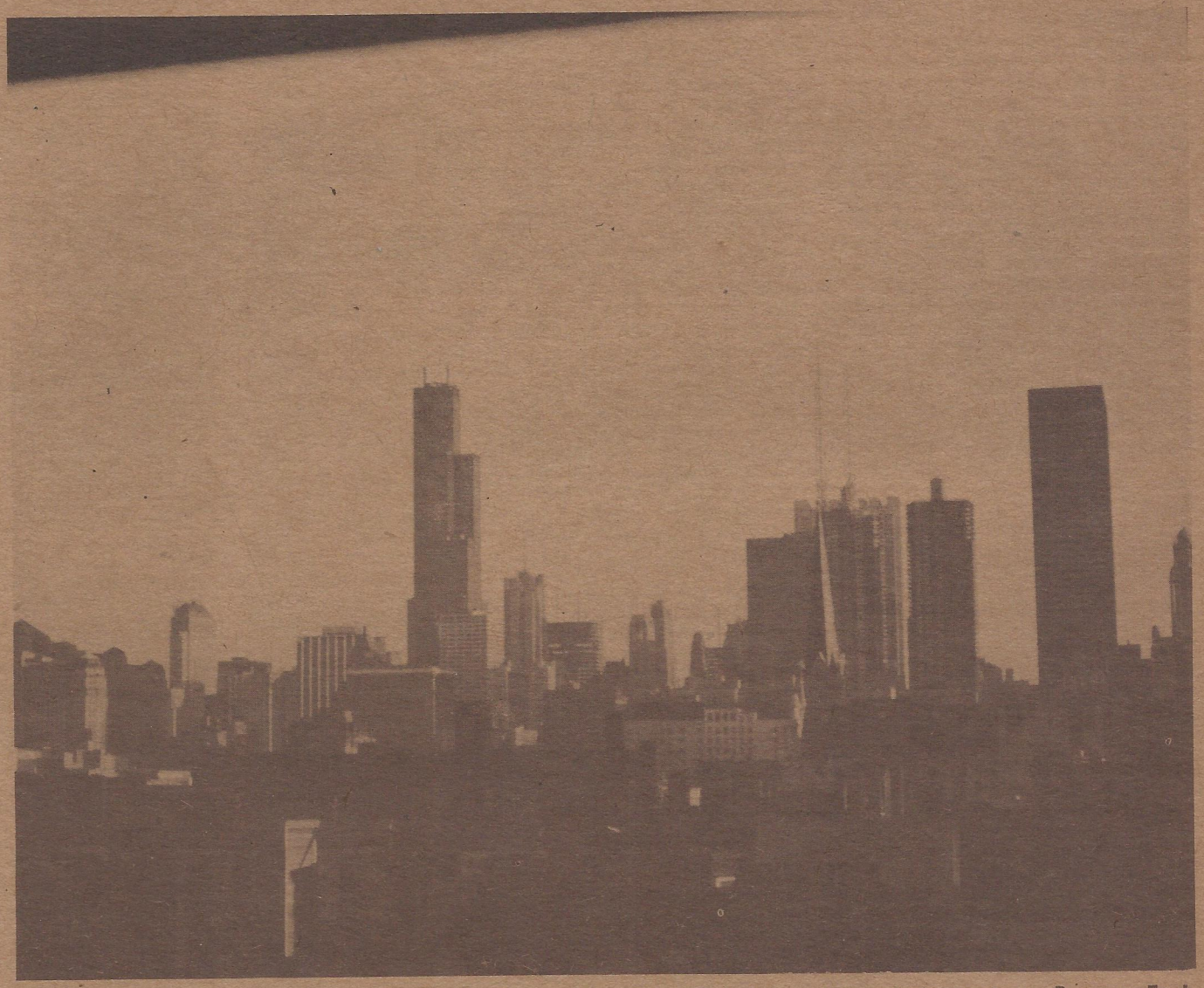
Brasília, 19 de fevereiro de 1974;

153.º da Independência e 86.º da República.

(Publicado no Diário Oficial da União, de 20 de fevereiro de 1974, pg. 1 987).

Ephim Shluger, nosso correspondente nos EUA, escreve sobre o plano de recuperação do centro de Chicago, onde serão gastos mais de um bilhão de dólares por ano.

A maneira americana de trabalhar



"Confesso a dificuldade em escrever sobre a arquitetura daqui. Há tantos pontos de vista setoriais que qualquer tentativa que não inclua as observações dos ecólogos, planejadores, geógrafos e dos nossos conhecidos economistas torna o assunto incompleto." Esse parágrafo na carta do arquiteto carioca Ephim Shluger pode revelar alguma indecisão diante da vasta tarefa que lhe foi confiada pelo jornal **Arquiteto.** Porém, em seu primeiro artigo como nosso correspondente nos EUA, Shluger demonstra que sabe desincumbi-la bastante bem. De Chicago ("é importante observar que aqui o panorama difere em muito do de Nova York ou da Costa Oeste", diz) ele escreve sobre escritórios de arquitetura, metodologia do design e a respeito do monumental plano para aplicar um bilhão de dólares por ano, durante quinze anos, na recuperação do centro da cidade.

Trabalhei com a firma A. Epstein and Companies, Inc. de Chicago, empresa de projetos que conta com 400 profissionais entre os diversos departamentos: Engenharia de Processos, Cálculo Estrutural, Instalações, Ar condicionado, Arquitetura e Interiores.

Pelo censo de 1972, a empresa foi classificada como a 12.ª maior do país em volume de projetos contratados. O seu principal mercado, entretanto, é o externo. Para atendê-lo a Epstein mantém escritórios em Paris, Tóquio, Varsóvia e Tel Aviv. No presente ela trabalha em três grandes projetos industriais para a Polônia. São complexos de industrialização e empacotamento de carne. Esses contratos são celebrados em bases **Turnkey,** ou seja, financiamento total, desde o estudo preliminar até a implantação do processo de produção.

Em parte, a desvalorização do dólar americano em 1972 veio beneficiar as firmas de projetos americanos a vencerem concorrências internacionais, como é o caso da Polônia.

O Departamento de Arquitetura é responsável por cerca de quinze projetos/mês em elaboração, possui um quadro de quarenta arquitetos e dois estagiários (estudantes). O departamento é subdividido em duas categorias: os **designers** e os **architects;** os primeiros são os projetistas que determinam o partido e os últimos produzem o desenvolvimento dos projetos em seus detalhes.

A chefia do Departamento de Arquitetura, após a reunião semanal com outras chefias, estabelece a programação-tarefa para cada arquiteto. Com o auxílio de processamento de dados é calculado o custo das diversas fases do projeto e determinado o número de homens/hora necessário para a sua execução.

Há um paradoxal rigor com a produção individual, estabelecido pela chefia, que praticamente ignora a qualidade. A direção da empresa enfatiza retoricamente o **Process Engineering,** e este setor exerce a liderança nos projetos industriais. Arquitetura passa a ser atividade de fechamento ou "envelopamento". Tanto de maquinário nos projetos industriais, como de mobiliário em projetos residenciais.

O sistema acima não favorece qualitativamente a boa concepção arquitetural, que de maneira geral recai em soluções estereotipadas, onde os elementos formais são arrumados de acordo com as preferências do cliente, e não raro inferidas pelo gosto de um vice-presidente ou gerente do projeto, colocados hierarquicamente acima do arquiteto.

É claro que as outras firmas ou empresas de Arquitetura têm seus próprios sistemas e diferem basicamente em seus enfoques. Skidmore, Owings & Merrill de Chicago mantém a sólida imagem de **expertise** em edifícios altos e tem a seu crédito a concepção dos prédios como a Torre Sears e o John Hancock Center e muitos outros projetos importantes e notáveis.

Após a morte de Mies van der Rohe, ocorrida há cinco anos, a Skidmore, Owings & Merrill parece emergir à liderança isolada no mercado arquitetônico de meio-oeste americano.

Bruce Graham, arquiteto-chefe da Skidmore, mostrou-me os gráficos da Torre Sears pelo sistema de **Computer Graphics** explicando a economia alcançada no projeto estrutural

da torre e as vantagens que este processo de trabalho oferece. Profetiza a sua fé no sistema como a solução para a complexidade dos problemas que envolvem a arquitetura de hoje. Esta confiança excessiva em metodologia é questionável. Entre os críticos do uso sistemático de computação em arquitetura está o professor Christopher Alexander, autor de **Pattern Language.**

Sua objeção se baseia no fato de que os arquitetos perderam a motivação para melhorarem o padrão de seus projetos, que progressivamente vem se tornando um jogo do intelecto usando a computação.

"Uma das maiores dificuldades ambientais de hoje é o caráter de máquina que os prédios possuem", diz. "Essas estruturas são alienantes e intocáveis pela mão do homem." "Metodologia do design, eu sinto que toda essa idéia de metodologia está alguns passos atrás do mundo real."

Christopher Alexander chama a atenção para um aspecto que parece trivial: "A idéia de que a disciplina não pode mais tolerar o desenho a mão livre é um sério indicador do estado de espírito que prevalece entre as pessoas. Nesse estado de coisas não podemos mais ditinguir os problemas reais dos imaginários da nossa sociedade".

A arquitetura da Skidmore, Owings & Merrill, excetuando a sua escala monumental e suas inovações estruturais, guarda as características e ambigüidade da escola de Mies van der Rohe. O arquiteto Graham não esconde a sua admiração pela figura carismática de Mies van der Rohe e reconta mais uma das suas histórias. Um arquiteto argentino perguntou a Van der Rohe por que não usava mais as formas curvas. Ele respondeu que no início de sua carreira projetava o que queria. Porém, naquele momento, só fazia o que devia ser feito...

Em essência, a arquitetura de Van der Rohe e de Skidmore, Owings & Merrill procura obstinadamente a perfeição do detalhe, para a cortina de fechamento de seus prédios. O primeiro foi o mestre da proporção e da rica simplicidade, enquanto que o último desenvolve mais a estrutura e os problemas de alturas.

Ambos são classificados pelo crítico Charles Jencks em seu recente livro **Modern Moovements in Architecture** (Anchor Books, New York) como pertencentes à escola burocrática da arquitetura.

Jencks chama a atenção pelas suas questões: "O que é mais importante? Que a cortina **(curtain wall)** desenvolva-se dos leves padrões fixos aos pesados e articulados, ou que Mies van der Rohe e alguns dos melhores arquitetos americanos dediquem o melhor de suas energias em refinamento das fachadas para as grandes corporações de sabonetes e de refrigerantes?" A outra questão: — "Será que o repetido uso da cortina **(curtain wall)** resolverá a articulação entre o rico e outros diversos contextos, passados por detrás desses fechamentos?"

"Hoje, apesar da diminuição da ênfase, as novas correntes não conseguem escapar às contradições, e submetem-se ao excessivo formalismo, classificando de Camp e Non Camp a arquitetura dos anos 70 na América", diz Jencks.

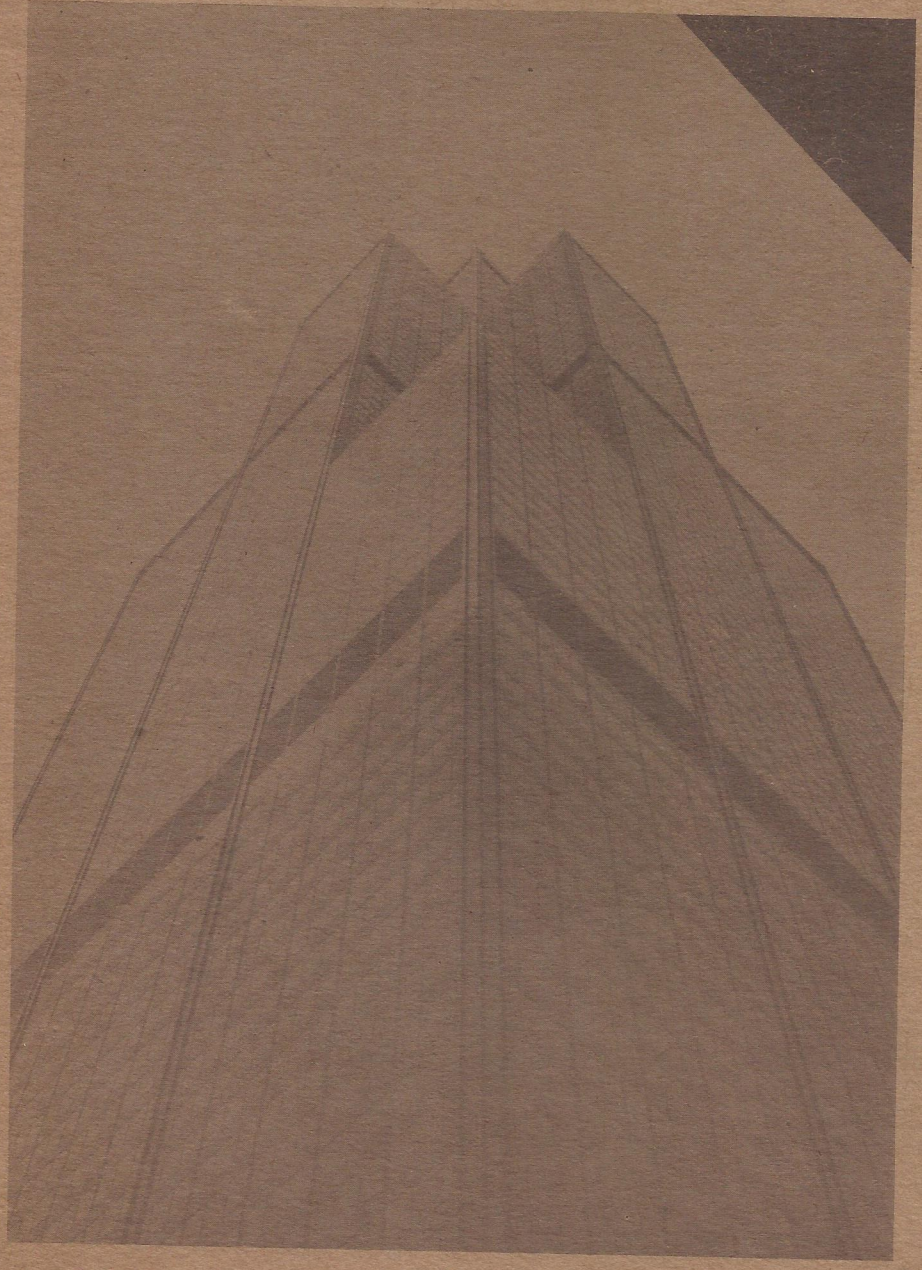
Nos últimos meses, o assunto das rodas de arquitetura tem sido o plano elaborado pela Skidmore, Owings & Merrill denominado Chicago 21 — um plano para as comunidades da área central.

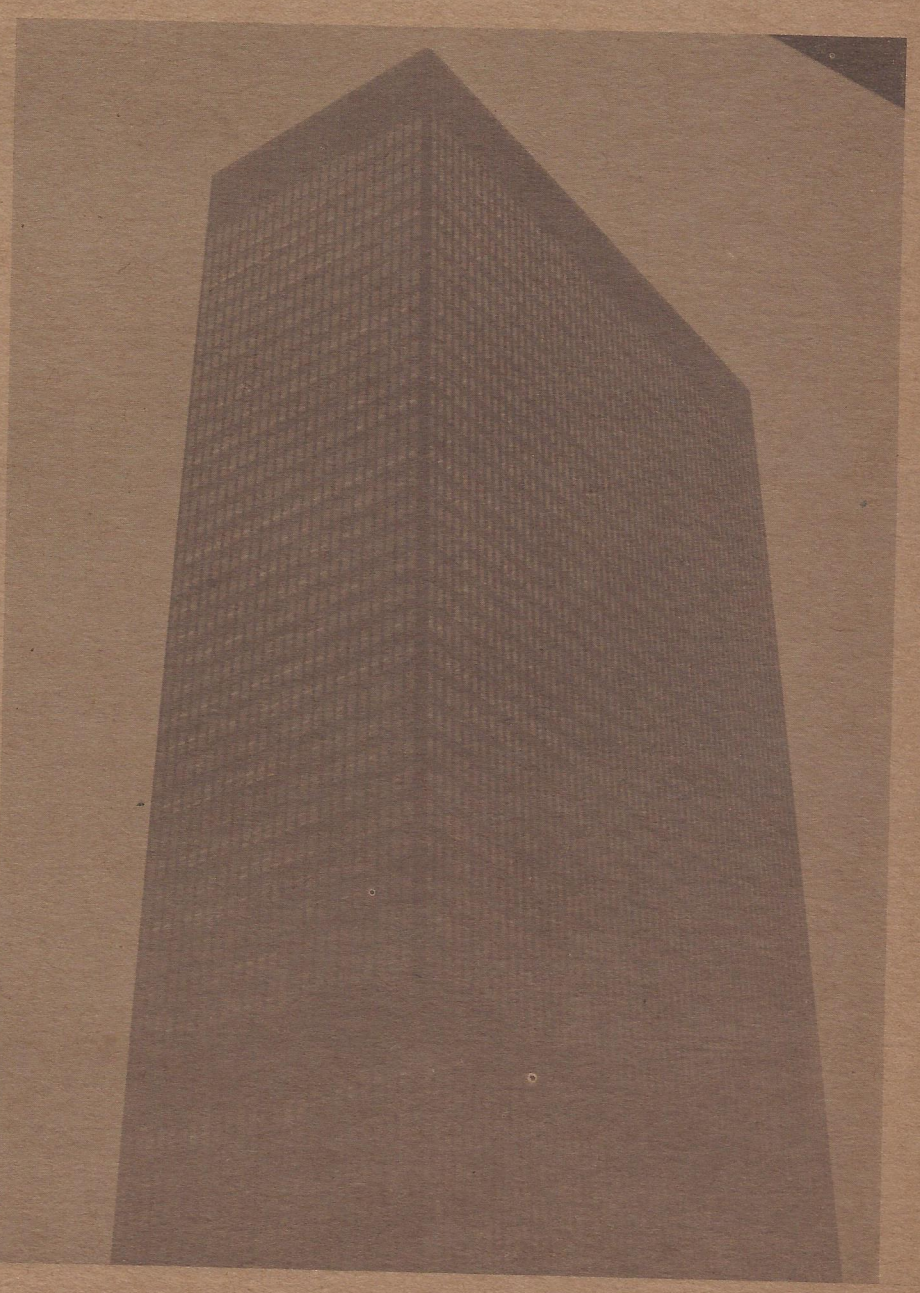
Ele foi encomendado por um grupo de elite empresarial de Chicago e chama a atenção pelo seu ambicioso dimensionamento: inversão de um bilhão de dólares por ano, durante o período de quinze anos.

O plano conclama "uma nova cidade dentro da cidade" para 120 000 novos residentes. "... Uma cidade nova tão atraente, que a classe média, que há muito a abandonou pelos subúrbios, voltará a habitar e usufruir de seus equipamentos, com a vantagem da proximidade do seu mercado de trabalho..."

Os novos bairros serão implantados, segundo o plano, às margens abandonadas do rio Chicago e também sobre as faixas de estrada de ferro, adquirindo os seus direitos aéreos. Para a implementação do plano, é proposta a formação de uma corporação mista, de interesse público e privado. Chicago 21 menciona a necessidade de novos instrumentos de uso de solo, incorporação das unidades, taxação de impostos imobiliários, etc.

A introdução do plano diz: "...Prevemos a restauração do papel histórico do centro da cidade, preservando os monumentos característicos de Chicago. Este plano será a ante-visão das comunidades da área central no século 21..."





Projeto Cura

A recuperação das comunidades urbanas

Nas últimas décadas, a maioria das cidades brasileiras cresceu sem nenhum controle, expandindo-se ao sabor do retalhamento desordenado de áreas vizinhas aos núcleos urbanos. Os loteamentos eram abertos sem nenhum critério, provocando quase sempre um fenômeno curioso: os lotes em disponibilidade poderiam abrigar uma população superior à da cidade.

A proporção de lotes não utilizados, em muitas áreas urbanas, oscila entre 30 a 60%, localizando-se tanto em áreas totalmente urbanizadas como nas com infra-estrutura comunitária e urbana carente ou ausente. Essa situação faz com que os investimentos em serviços urbanos se tornem ociosos e subutilizados (já que os lotes vazios não utilizam a infra-estrutura implantada). As prefeituras vêem-se, então, diante de um círculo vicioso: não têm condições de realizar todos os investimentos necessários, em todos os bairros, ficando politicamente sem condições de arrecadar impostos (territorial e predial) em bases realistas. E, não podendo arrecadar impostos, não têm recursos para realizar obras.

Nesse panorama, surge o Projeto CURA — Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada —, como instrumento de ordenação dos investimentos em obras de infra-estrutura urbana e comunitária nas cidades brasileiras.

Com recursos do Banco Nacional da Habitação, o Projeto CURA se propõe a melhorar a eficiência dos serviços urbanos, maximizando os resultados — em termos de benefícios à população e de rentabilidade dos investimentos públicos e privados —, reduzindo, assim, a ociosidade. Além disso, contribui para aumentar a receita fiscal do município, coíbe a especulação imobiliária e introduz critérios impessoais e racionais no estabelecimento das prioridades.

Como instrumento de interferência e ordenação do processo de expansão urbana, a estrutura proposta pelo Projeto CURA é maleável, adequando-se a diversas condições.

É o que revela este balanço, mostrando a aplicação do CURA em várias localidades do país.

Projeto Cura

A partir do equacionamento dos problemas prioritários de Contagem, a Sudecon trabalha em projetos mais amplos. "Entre a apresentação de uma proposta e a adesão da população há um grande espaço de tempo", diz Castelo Branco. "A forma de comunicação do ambiente é que consegue a adesão, pois existe uma relação afetiva entre a pessoa e o lugar."

"A constatação não é recente", acrescenta. "Mas não existe uma metodologia para trabalhar essa teoria. O urbanista acaba colocando em prática planos abstratos, funcionalistas, segundo os quais um modelo pode ser aplicado em qualquer situação."

Para compreender o ambiente da cidade e propor uma estrutura urbana adequada, a Sudecon ampliou a pesquisa sócio-econômica efetuada para o projeto CURA. Numa atitude pouco comum a um órgão de planejamento, contratou José de Anchieta Correia, doutor em Filosofia pela Universidade de Louvain, na Bélgica, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e interessados em problemas urbanos, para coordenar uma equipe de arquitetos encarregada de projetar a reformulação da estrutura da cidade. O objetivo é criar uma metodologia para compreender a relação local entre o homem e seu ambiente. Através de filmes, fotografias, observações, está sendo efetuada a pesquisa ambiental que coletará informações para a formulação da linguagem (código) da cidade e da proposta de estrutura urbana ideal.

A busca de novas soluções em São Paulo

Quando está sendo iniciado em São Paulo, com o Projeto CURA, um processo de renovação urbana, qual será a função da EMURB? Na sistemática geral de funcionamento do CURA, o agente promotor-coordenador, como a Empresa Municipal de Urbanização, tem sob sua responsabilidade a adoção das providências necessárias à execução das tarefas inerentes ao projeto, a partir do momento em que o poder público local assina o convênio com o BNH.

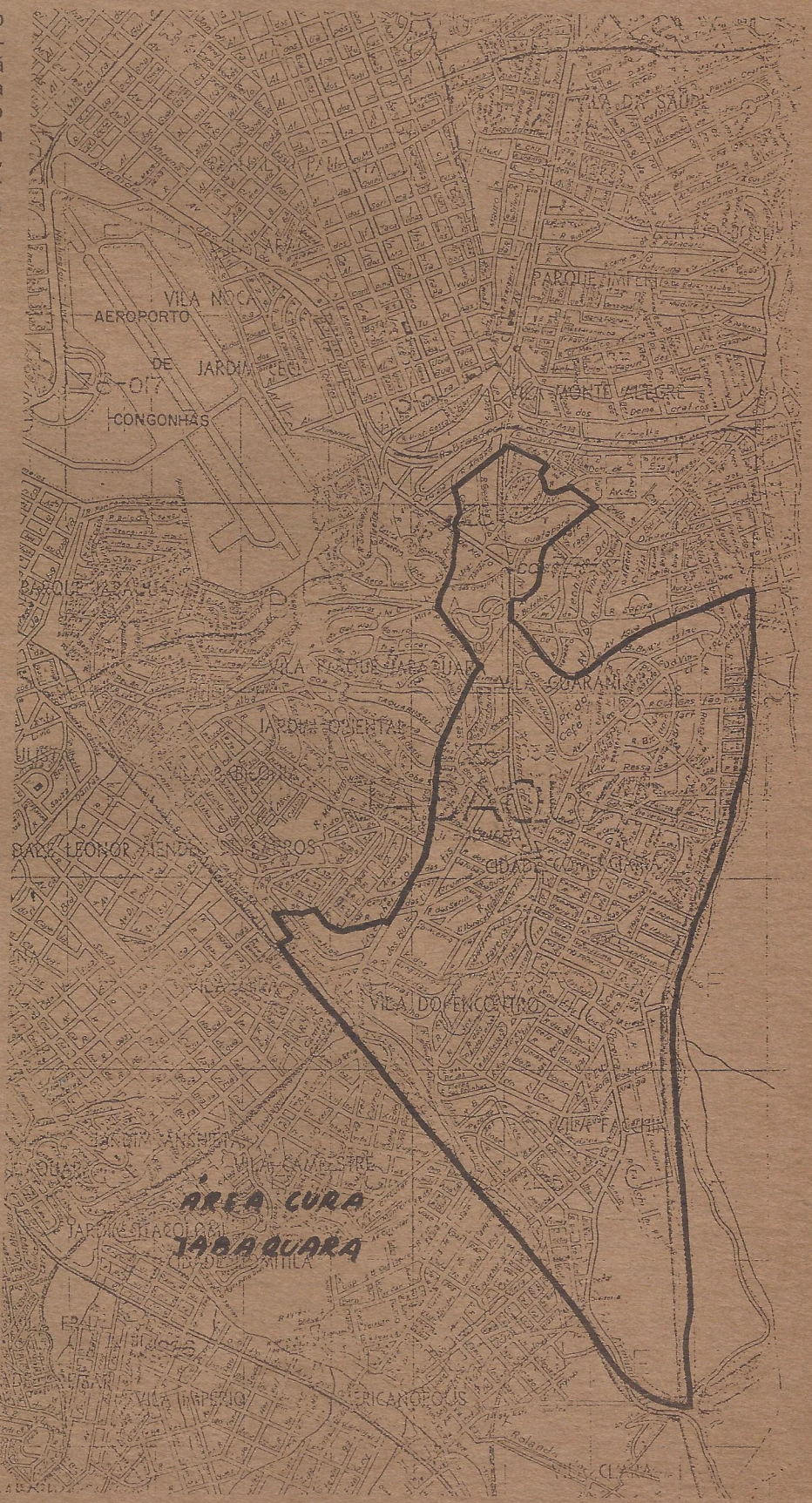
Mas a EMURB, em São Paulo, não se limitará a isso. Deverá exercer um papel expressivamente criativo no processo de implantação de cada novo CURA, enfatizam arquitetos ligados ao órgão ou interessados na problemática urbanística. Isso porque as características de São Paulo, com os problemas peculiares às grandes metrópoles, conferem ao agente coordenador um papel duplamente importante.

Em primeiro lugar, é ele quem seleciona, entre os diversos serviços de infra-estrutura necessários à comunidade, quais serão os prioritários. Deve ainda fixar os critérios de investimentos, levando em consideração que os benefícios são resultado de um financiamento que exige retorno dentfo de razoáveis parâmetros financeiros.

Assim, torna-se necessário investir em equipamentos de infra-estrutura que valorizem os imóveis, permitindo a aplicação da alíquota progressiva de impostos e a implantação de mecanismos fiscais que criem um giro próprio do dinheiro aplicado.

O segundo ponto refere-se à multiplicidade de concessionárias que precisam ser convocadas para o desenvolvimento de projetos considerados comuns pela administração municipal. Isso exige um meticuloso equacionamento dos problemas para não atrasar os cronogramas. Na capital paulista, por exemplo, a canalização de esgotos está sob a responsabilidade da SABESP, órgão estadual, enquanto a canalização de águas pluviais é da alçada da Prefeitura. A implantação desses dois equipamentos requer a exata coordenação entre Prefeitura e Governo do Estado.

A EMURB está recebendo os relatórios Um e Dois das consultoras encarregadas da avaliação das primeiras quatro áreas CURA — os bairros de Itaquera, Jabaquara, Santana e Vila das Mercês. O relatório Um se refere



Projeto Cura

às pesquisas físico-urbanísticas e sócio-econômicas dessas áreas, e avaliação do mercado imobiliário local; o relatório Dois apresenta as propostas de infra e super-estrutura.

Estão em andamento os relatórios Três e Quatro, que abordarão a viabilidade econômica e proporão o programa final do CURA para cada área.

Um dos critérios básicos da implantação do Cura é o da maximização do uso da infra-estrutura urbana e a eliminação dos lotes ociosos, pela elevação progressiva do Imposte Territorial. Mas o projeto Cura já está sendo visto também como uma forma de fazer com que as prefeituras sejam obrigadas a aplicar em investimentos locais recursos iguais aos dos impostos que coletou em uma determinada área.

O trabalho de implantação do Projeto CURA mostra que, além da redefinição do espaço urbano das áreas em que atua, pode também promover a ampliação do mercado de trabalho dos arquitetos. Como o número de áreas urbanas deterióradas nas grandes cidades brasileiras é elevado, os planos de reurbanização criaram muitas oportunidades de trabalho de porte médio para escritórios de arquitetura.

Estima-se que pelo menos 100 projetos serão implantados nos próximos anos, sendo cinqüenta deles em São Paulo. E os quatro projetos em andamento na área do município de São Paulo já representam um volume de contratos de Cr$ 2 milhões para os escritórios de arquitetura envolvidos.

As características peculiares de concepção e viabilização do Projeto CURA trazem, ainda, resultados mais expressivos, além dos meramente financeiros. "Ele tem o caráter de um desafio à arquitetura nacional, na medida em que, para o trabalho de recuperação de vastas áreas urbanas, precisamos desenvolver know-how próprio", diz Gian Carlo Gasperini, um dos responsáveis pelo escritório de arquitetura Croce, Aflalo e Gasperini, de São Paulo.

Esse escritório está encarregado da consultoria do Projeto CURA em implantação na área do bairro do Jabaquara, próximo à periferia da zona sul paulistana.

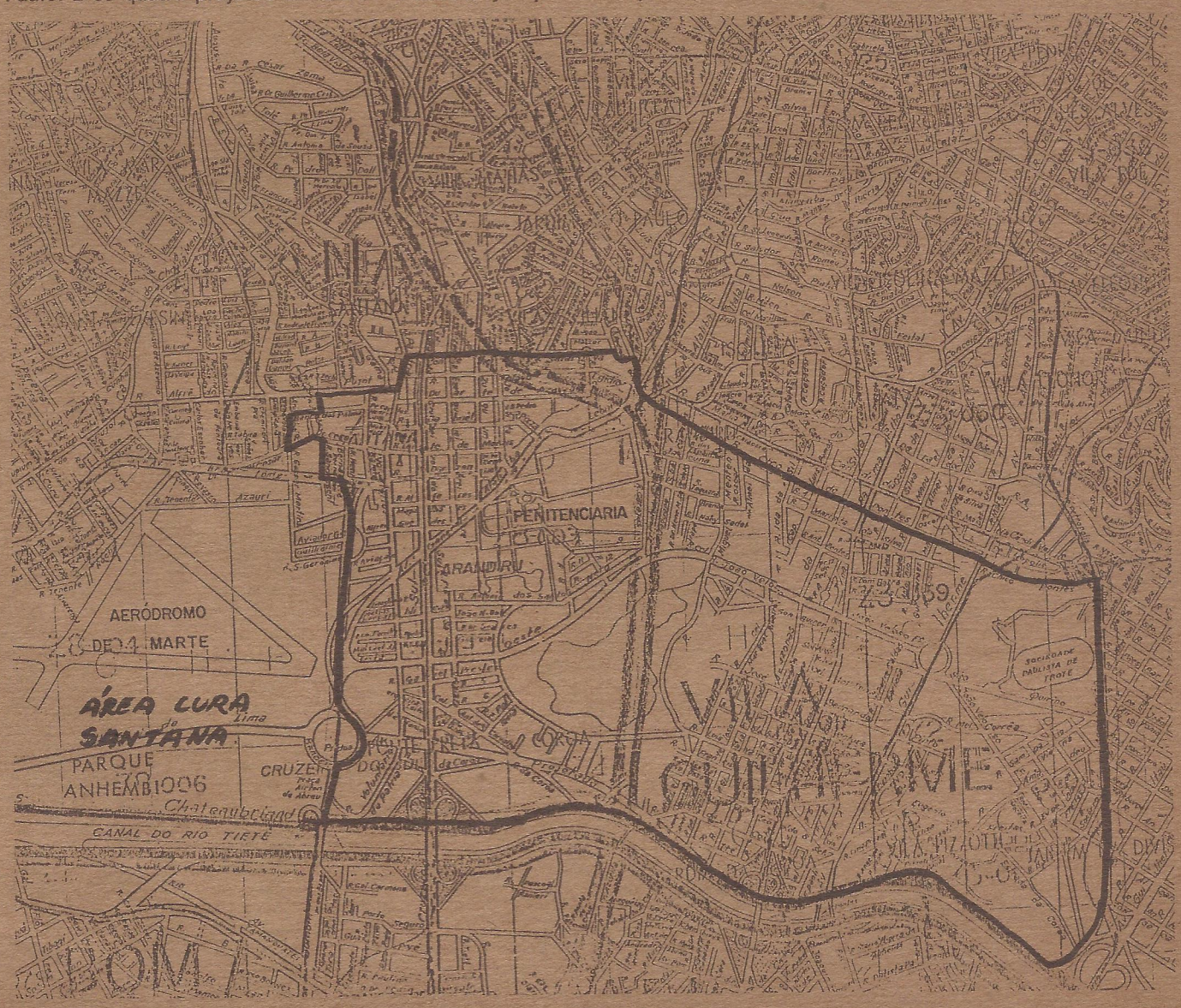
"Toda experiência que existe nesse setor, no Brasil, está situada apenas no plano teórico. Avaliar a situação do Jabaquara e apresentar alternativas urbanas mais adequadas tem sido extremamente envolvente e fascinante", observa Gasperini.

Ele fez, pessoalmente, mais de duzentas entrevistas e tirou cerca de quinhentas fotografias da área em estudo, o que revela seu entusiasmo pelo trabalho, que lhe permite "pela primeira vez, observar os resultados concretos de uma pesquisa sócio-econômica, já que é a primeira vez que se colocam as coisas no plano concreto".

Assim, à satisfação pessoal do profissional, soma-se o que Gasperini qualifica como "um saudável envolvimento com a comunidade, conhecendo na prática seus problemas e buscando soluções que o Projeto CURA provavelmente terá condições de oferecer".

Apontadas as soluções e recuperadas as áreas urbanas carentes de infra-estrutura e serviços adequados, todo o segmento se incorporará à vida ativa da comunidade. Ou seja, recuperada uma comunidade, surgirão novas escolas, supermercados e habitações, propiciando novas oportunidades para os arquitetos.

"Esses desdobramentos", acrescenta Gasperini, "poderão até mesmo se constituir na base sobre a qual se assentará uma nova geração de escritórios de arquitetura, em moldes empresariais e não puramente empíricos. Hoje as alternativas para os arquitetos organizados em escritórios são menos amplas: o mercado imobiliário está vinculado às construtoras, que fazem seus próprios projetos e já diversificaram sua atuação, trabalhando em diversos setores, como construção de instalações industriais, obras públicas e até mesmo na construção de residências, reduzindo bastante a área do arquiteto."



Projeto Cura

Em Goiânia, a retomada do Plano Diretor

Goiânia é uma das poucas cidades brasileiras planejadas. Na década de 30, o arquiteto Atílio Correia Lima elaborou o Plano Diretor que foi concretizado em 1937, com a fundação da nova capital, construída para substituir Goiás Velho, cidade remanescente do Ciclo do Ouro. Sua área central foi urbanizada de acordo com o projeto. Mas a ocupação dos bairros (setores) em torno dela acabou sendo mais espontânea que planejada.

O papel do Projeto CURA em Goiânia, segundo a proposta do EP — Escritório de Planejamento —, é a retomada do Plano Diretor: a promoção da ocupação ordenada da área urbana, seguindo o traçado original de Atílio Correia Lima.

A área escolhida para o projeto piloto foi o Setor Sul, bairro de classe média, com razoável infra-estrutura, o que facilita o trabalho inicial. "A preocupação do EP", explica o arquiteto Márcio Augusto Ceva, coordenador do Projeto, "é preservar as inúmeras áreas livres da região, impedindo o desvirtuamento do uso previsto pelo Plano Diretor, o que poderá ocorrer pela pressão da expansão urbana."

A idéia inicial — ainda não desenvolvida — é transformar esses espaços em áreas de lazer, que constituirão o embrião de um sistema a ser estendido a toda a cidade. Como o Projeto CURA em Goiânia prevê a implantação de equipamentos comunitários e de serviços, está sendo estudada uma fórmula capaz de fazer com que a iniciativa privada interessada nesses empreendimentos se responsabilize pela manutenção das áreas de lazer. Uma das soluções estudadas é condicionar a instalação de escritórios e casas comerciais no Setor Sul a um contrato que prevê a conservação das áreas por um período de quarenta anos.

Goiânia cresce atualmente no sentido leste—oeste, seguindo o eixo da avenida Anhangüera, que corta a cidade ligando o centro ao bairro de Campinas. Toda a área de influência dessa artéria está saturada, sendo necessária a criação de novas opções de ocupação.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do município preconiza a diversificação do sistema viário. Um de seus projetos prevê a construção de uma avenida, paralela à Anhangüera e ligada a ela por vias transversais, atravessando a área sul da cidade, onde estão em construção um estádio de futebol e um autódromo.

Esse aspecto influiu bastante na escolha da área para a realização do projeto piloto: a execução da nova avenida e suas transversais promoverá a atração da população para a região, diversificando o sentido do movimento de ocupação. Com a atuação do Projeto CURA, os bairros envolvidos estarão preparados, com a infra-estrutura urbana necessária, para atrair e receber o fluxo.

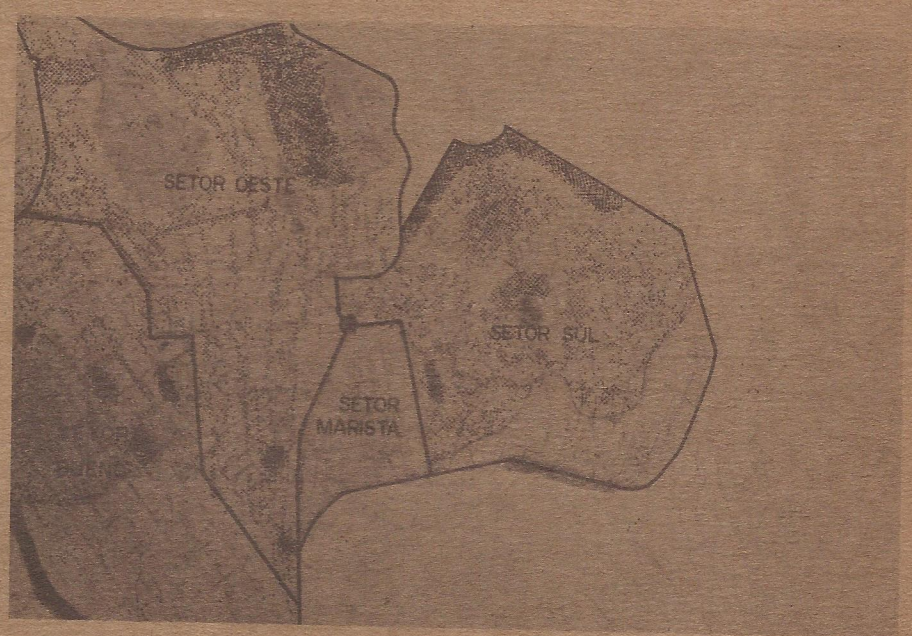
Além disso, o Setor Sul atende a outro requisito essencial à elaboração do projeto: a capacidade de pagamento da população. Uma pesquisa preliminar informou que 59,57% dos moradores têm renda familiar acima de dez salários mínimos, podendo suportar, sem grandes problemas, a alíquota progressiva.

O levantamento revelou ainda que 80% do bairro possui pavimentação e rede de água e esgotos; 30% dispõem de iluminação pública e os sistemas de transporte coletivo e abastecimento são razoáveis. Aproveitando essas condições, o Escritório de Planejamento de Goiânia assumirá, no projeto piloto, o encargo da execução das obras complementares de infra-estrutura, visando, com isso, obter know-how para estabelecer os parâmetros de avaliação dos trabalhos nas outras áreas, que serão entregues a empresas privadas.

De acordo com as recomendações do BNH, o Projeto CURA, em Goiânia, promoverá o adensamento populacional ordenado nos bairros, que se dará natural e progressivamente com a implantação de uma infra-estrutura adequada e com as facilidades criadas pela instalação de atividades econômicas terciárias.

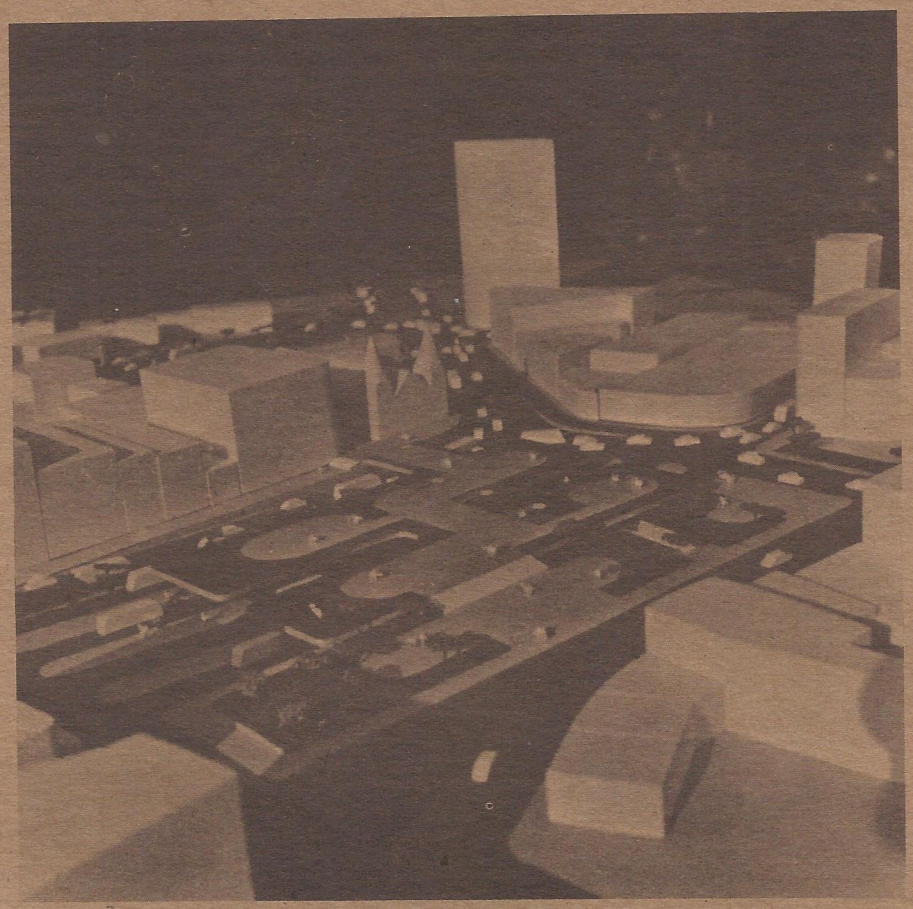
No Setor Sul, por exemplo, um bairro com índice de ocupação relativamente baixo, o Projeto CURA atuará como desestimulador da especulação imobiliária. Em Goiânia, a aquisição de lotes é uma das formas mais usuais de investimento da população. Em conseqüência, existem muitos terrenos desocupados, sem que seus proprietários se preocupem em construir. O CURA beneficiará a área, valorizando os imóveis. Mas, com a aplicação da alíquota progressiva para pagar os benefícios, desestimulará a especulação, na medida em que a simples posse do terreno não será mais um investimento interessante, e só será rentável com sua ocupação.

O Plano Plurianual deverá proporcionar, em três anos, a construção de 30 000 novas unidades residenciais. Depois do Setor Sul, o CURA vai ser aplicado em outras seis áreas: Setor Oeste (classe média), Aeroporto (classe média), Setor Bueno (predominância de população proletária e classe média baixa), Coimbra (classe média baixa), Jardim América (bairro proletário) e Fama (bairro proletário). No Jardim América, por exemplo, seriam aplicados os recursos gerados no Setor Sul, sendo possível ainda estabelecer que o comércio local participe da amortização das melhorias com que for beneficiado.



Projeto Cura

Curitiba prepara-se para viver melhor



Curitiba é considerada uma cidade-padrão em termos de planejamento urbano. Desde 1964, uma equipe de técnicos liderada pelo arquiteto Jaime Lerner vinha realizando, através do IPPUC — Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba —, um trabalho contínuo e minucioso para ordenar o crescimento da cidade e racionalizar a ocupação do solo. Há três anos, Lerner assumiu a Prefeitura local e passou a executar — com ênfase mais acentuada — os projetos elaborados.

A síntese de sua proposta urbanística é a estruturação do planejamento em termos da relação homem-ambiente, ou seja, a humanização da cidade.

Um observador que tenha visitado a capital do Paraná no início da década de 70 poderá verificar que, nesse curto período de tempo, ocorreu uma profunda alteração no ambiente urbano de Curitiba, que se reflete no espírito da população.

Como a própria cidade, o curitibano está vivendo uma fase de transição, deixando de ser um tipo de características provincianas (especialmente pouco comunicativo) para se tornar mais afável e de relacionamento mais fácil.

O Projeto CURA está enquadrado nesse processo global de planejamento, que se propõe a controlar a expansão urbana.

Seguindo as recomendações do Banco Nacional da Habitação, as áreas escolhidas para a experiência-piloto — Jardim das Américas e Jardim Guabirotuba — são parcialmente equipadas de infra-estrutura e serviços, têm um índice de ocupação razoável e a população possui renda suficiente para garantir o retorno dos investimentos.

O município já vinha efetuando melhorias nos bairros através do sistema de auto-financiamento. Isso criou uma mentalidade comunitária na população. Acostumado a pagar pelas obras urbanas, o curitibano recebeu satisfatoriamente a implantação do CURA. A população do Jardim das Américas e Jardim Guabirotuba aderiu imediatamente: 98,3% concordaram em participar do Projeto e 88,9% mostraram-se dispostos a contribuir através do auto-financiamento.

Para realizar o trabalho preparatório de aproximação com os moradores, a Prefeitura contratou uma agência de publicidade. Foi elaborado um folheto colorido (com o título "Prepare-se para viver melhor em Curitiba"), explicando o que é o CURA e quais os benefícios que traria. Distribuído a cada uma das residências da área, o folheto antecipou a pesquisa sócio-econômica. Para afastar qualquer dúvida, foram realizadas duas reuniões na paróquia local.

Uma dentre cada três famílias foi entrevistada, num total de 700 questionários, proporcionando uma amostragem ideal. Os dados coletados foram de natureza física e sócio-econômica, correlacionados com a renda e população (os parâmetros fundamentais da pesquisa).

A pesquisa revelou que numa área de 192 hectares, distante do centro cerca de 3,5 km, existiam pouco mais de 3 000 lotes, dos quais apenas 71% eram ocupados (90% por proprietários). A população total era de 10 200 habitantes, mas, mantendo-se os parâmetros existentes, poderia ser elevada para 14 200. A renda familiar girava em torno de Cr$ 2 500,00 mensais. Apenas 1,8% das famílias recebia o salário mínimo. O restante da população estava dividido da seguinte forma:

Até 2 salários mínimos	5,6%
De 2 a 3 salários mínimos	10,3%
De 3 a 5 salários mínimos	23,0%
De 5 a 8 salários mínimos	24,3%
De 8 a 12 salários mínimos	18,0%
Acima de 12 salários mínimos	16,9%

Essa caracterização de renda e a capacidade de poupança inerente são dados que asseguram o retorno do investimento, o que deverá ser confirmado com a conclusão dos estudos de viabilidade econômica do projeto.

Outro informe coletado na pesquisa é uma ilustração interessante do quadro sócio-econômico da população, embora não se constitua, em si, em indicativo de viabilidade: das 700 famílias entrevistadas, 79% (549) possuíam caderneta de poupança.

Essencialmente de classe média, as reivindicações dos moradores da área do projeto-piloto eram: pavimentação com rede pluvial (83%); comércio (84,7%); posto telefônico (82,9%); praça (59%); centro comunitário (51%); e coleta de lixo (68,6%).

De acordo com esses indicadores, estabeleceu-se que as obras prioritárias seriam a construção de 36 quilômetros de pavimentação e rede pluvial; 3 centros comunitários; 1 centro comercial e desfavelamento de uma faixa ocupada por barracos, a ser realizado em conjunto com o Plano Municipal de Desfavelamento.

Diante da receptividade encontrada e do bom nível de renda da população, a URBS — empresa de economia mista que executa as obras de urbanização de Curitiba — adotou uma fórmula de pagamento dos investimentos que prevê o rateio dos gastos entre os proprietários da área, de acordo com a testada do terreno. As melhorias são dimensionadas segundo a capacidade de pagamento dos mutuários, permitindo estabelecer escalas de prioridade e maior flexibilidade na elaboração dos projetos. Há duas formas de adesão: pagamento em até 36 meses, com correção monetária, ou em até 20 anos, através do Plano de Equivalência Salarial.

Tal fórmula possibilita a emissão de duplicatas contra os proprietários. Os papéis servem como garantia do financiamento repassado pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), evitando a vinculação do ICM do município, garantia normalmente oferecida.

A implantação do CURA em Curitiba surtiu um efeito inesperado. Moradores de regiões próximas à área-piloto solicitaram à Prefeitura, voluntariamente, que o Projeto fosse estendido a seus bairros.

A ampliação está prevista pela municipalidade. Depois do início (marcado para julho) das obras no Jardim das Américas e Jardim Guabirotuba, situados a sudeste da cidade, começarão os trabalhos na região norte, mais próxima do centro e mais abandonada, e leste (também de classe média). Pelo Plano Plurianual, o CURA criará condições para que surjam, nos próximos três anos, 29 000 novas residências em Curitiba, em terrenos adequadamente urbanizados.

Projeto Cura

O impacto das migrações em Londrina

Pólo econômico do norte do Paraná, Londrina sofreu o impacto da onda de migrações internas provocada pelo recente processo de industrialização acelerada do país. Situada numa região eminentemente agrícola, cujas lavouras modernizadas liberaram razoáveis contingentes de mão-de-obra, a zona urbana do município (220 000 habitantes) registrou, nos últimos anos, um aumento populacional explosivo. Segundo o prefeito José Richa, o índice foi superior a 12% anuais, enquanto que a zona rural (86 000 habitantes) crescia 1,9%, abaixo dos 3% normais da taxa de crescimento vegetativo.

Embora possuindo a segunda receita do Estado — a primeira é Curitiba —, com arrecadação prevista de Cr$ 60 milhões em 1974, a cidade não dispunha de recursos suficientes para enfrentar esse violento desenvolvimento urbano.

"O projeto CURA está tendo um papel fundamental em nosso Plano Diretor", diz o prefeito Richa. "Sua filosofia é a mais adequada possível à solução dos problemas urbanos de municípios como o nosso. Com a alteração da política do BNH, que passou a financiar não apenas projetos habitacionais mas também programas de infra-estrutura, podemos realizar investimentos que antes eram impossíveis."

As verbas próprias da Prefeitura estão sendo aplicadas em obras consideradas prioritárias como a via expressa, central de abastecimento e o programa de habitação popular. Os recursos do CURA são utilizados na implantação de obras de infra-estrutura como pavimentação, rede de águas e esgotos, rede pluvial, iluminação, escolas. A complementação do equipamento urbano de alguns bairros permitirá promover uma ocupação mais densa e ordenada.

O convênio entre a Prefeitura e o Banco Nacional da Habitação foi assinado durante as comemorações do aniversário da cidade. Ele prevê o desènvolvimento de uma região piloto formada por três bairros — Parque Guanabara, Higienópolis e Quebec — situados ao sul de Londrina, cujas características são diferentes tanto no aspecto econômico como em relação à infra-estrutura. Entretanto, os três possuem semelhança física pois são formados em torno de um elemento natural, o lago Igapó.

Relativamente próximo ao centro, o Parque Guanabara é o bairro mais carente de equipamentos. Seu transporte coletivo é bastante deficiente, grande parte de suas casas é de madeira e a população local apresenta o menor nível de renda familiar (média: Cr$ 1 023,00). O índice de ocupação é baixo (40%), devido à barreira natural do Igapó, embora exista uma passagem. As reivindicações principais de seus moradores são: pavimentação e galerias pluviais (100%), água e esgoto (63%) e transporte coletivo (83%). Numa reunião realizada no bairro, da qual participaram o prefeito Richa e o coordenador do CURA, arquiteto João Batista Bortolotti, ficou evidente que a população necessitava ainda de equipamentos de saúde (reivindicação de 60%), escolas (solicitadas por 10%) e prestação de serviços, inclusive comércio (pedido de 70% dos moradores).

Diante dos limites de recursos, a Prefeitura estuda dois planos alternativos para a pavimentação das ruas da área CURA. Dependendo do nível de renda de cada bairro, elas serão totalmente asfaltadas ou apenas as principais receberão pavimentação, ficando as restantes somente com cascalho e guias. O problema de calçamento das ruas é extremamente importante porque o solo da região é de terra roxa, que produz uma lama espessa e consistente na época das chuvas e muito pó durante as secas.

A maior parte dos moradores de Higienópolis e Quebec é de classe média A e B. A pesquisa sócio-econômica realizada na área-piloto aponta como principais reivindicações de Higienópolis (renda familiar média de Cr$ 2 174,00) a ampliação da rede de esgotos, iluminação pública, rede de água, serviço de recreação, saúde e limpeza urbana. Quebec (renda familiar média de Cr$ 2 164,00) necessita de rede de esgotos e águas pluviais, transporte coletivo e pavimentação, iluminação pública, serviços de saúde, comércio e equipamentos de educação. Esses dois bairros já dispõem de vários clubes locais, escolas primárias, ginásios e até uma universidade (particular).

O retorno dos investimentos se dará através do pagamento direto das melhorias (taxas, no caso de pavimentação e iluminação pública) ou pela aplicação de impostos progressivos.

Além da área-piloto, a Prefeitura está selecionando outras, de modo a assegurar, ao final do projeto, equipamentos urbanos para 10 000 lotes. Todas as áreas CURA serão integradas ao plano viário da cidade — em preparação.

Com as obras proporcionadas pelo convênio com o BNH, a Prefeitura espera alterar o processo de ocupação da área urbana que atualmente se dá em sentido oeste, particularmente às margens da BR-369, não avançando no sentido sul exatamente pela carência de infra-estrutura. Além disso, pretende desenvolver o excelente potencial turístico e recreativo do lago Igapó.

Projeto Cura

O papel dos agentes financeiros

Com a expansão do programa CURA no Estado de São Paulo — prevê-se um total de cinqüenta projetos para os próximos anos — vários agentes financeiros estão se preparando para repassar recursos no BNH destinados à reurbanização. Entre eles, destacam-se o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp).

O economista Oswaldo Américo Campiglia, presidente do Badesp, confessa estar muito confiante com relação aos resultados previsíveis do Projeto CURA: "Ele poderá solucionar os problemas crônicos de extensas áreas que sofreram a predação dos loteamentos sem maiores cuidados com a infra-estrutura".

E o diretor de Crédito Industrial do Banespa, Oswaldo Tavares, enfatiza outro aspecto: "O Banco do Estado de São Paulo é um estabelecimento oficial, tendo, por isso, uma função social. Ele deve estar integrado nos interesses da coletividade, como é o caso do Projeto CURA".

Os agentes financeiros atuam como intermediários do Banco Nacional da Habitação, que libera os recursos mas não financia diretamente. Assim, a Prefeitura ou o agente promotor coordenador designado pelo poder público local dirige-se ao banco, que solicita os recursos ao BNH. Este, por sua vez, libera os recursos ao agente financeiro, que conclui a operação de repasse.

O responsável direto pelo financiamento será, desta maneira, o agente financeiro, que deve cercar-se, portanto, das garantias usuais, que podem ser: hipoteca; vinculação temporária da arrecadação do imposto, taxa ou receita operacional; vinculação do ICM do município; fiança bancária, do governo estadual ou municipal; seguro de crédito; caução ou penhor de cédulas hipotecárias, letras imobiliárias ou Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, etc. Os juros aplicados aos financiamentos situam-se entre 4 e 8% ao ano, de acordo com a receita tributária municipal per capita, expressa em UPC (Cr$ 83,73 em maio de 1974). E o valor do financiamento varia de acordo com a composição de renda da população da área CURA: de 0 a 3 salários mínimos, 100%; de 3 a 6, 90%; e mais de 6, 80%.

Os prazos de amortização são de 9 anos para os estudos, com carência de até 12 meses; e de 20 anos para as obras, com carência de 12 meses após o término das construções.

Como o volume dos financiamentos é grande, o agente financeiro — que, em última instância, é quem responde ao BNH pela sua destinação — deve ter uma estrutura adequada. Por isso, o Banespa — embora já tenha experiência como agente financeiro do BNH em outros programas — vem se preparando para a tarefa, participando de seminários sobre o Projeto CURA e seminários de avaliação de estudos, como observador, para atualizar-se quanto aos seus mecanismos e processos para fixação dos investimentos. O objetivo é criar uma estrutura dinâmica, capaz de responder às necessidades inerentes ao programa.

Uma equipe técnica, composta por um arquiteto, um economista e um advogado, já foi designada. Ela terá por função analisar todos os projetos e aprovar os estudos de viabilidade econômica, emitindo um parecer que influenciará a decisão administrativa.

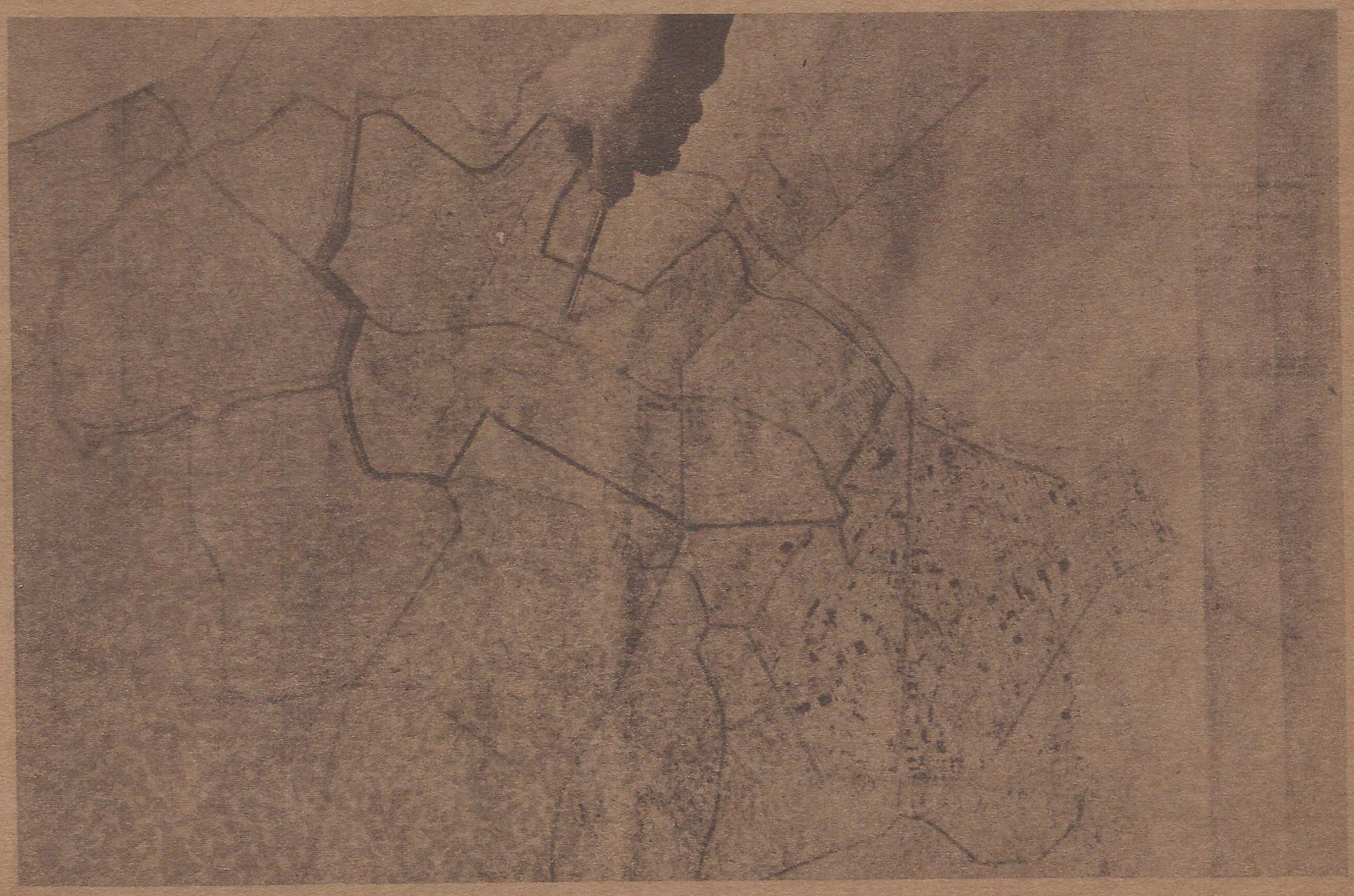
O Banespa vem operando como agente financeiro do BNH desde 1968, financiando obras integradas ao PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), FIDREN (sistemas de drenagem para controle de inundações em áreas urbanas), REGIR (capitais de giro para a indústria de materiais de construção) e REINVEST (operações de investimento em indústrias que produzem bens para a construção civil).

Como os diversos projetos CURA no Estado de São Paulo ainda estão em estudos ou em fase de pesquisas, por enquanto o Banespa recebeu apenas dois pedidos de financiamentos, destinados a estudos de projetos, pesquisas sócio-econômicas, estudos de viabilidade e elaboração de planos plurianuais. Mas várias prefeituras já entraram em contato com o Banco do Estado, que está interessado em participar intensivamente do programa.

O Badesp — Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo — também está desenvolvendo know-how específico para a gestão dos recursos do projeto.

Oswaldo Américo Campiglia, presidente do Badesp, explica que "a intervenção dos agentes financeiros nas linhas creditícias de repasse se realizam através de duas tarefas fundamentais: a de assessoria técnica na orientação e elaboração dos projetos e a análise dos projetos e contratação do empréstimo, como agente repassador. Nessa dupla função, a relevância do papel do agente financeiro se traduz principalmente no assessoramento ao mutuário para o encaminhamento de seu pedido junto ao BNH".

E, conclui ele, "o entrelaçamento do benefício privado — aos moradores da área — com o bem coletivo acaba gerando um processo de revalorização urbana. E a principal beneficiária será a comunidade urbana como um todo".



O.S. 34.689 - ■ 3

"A cor é uma necessidade vital. Deve entrar no planejamento urbano e arquitetônico como fator de desenvolvimento social." — Artigo de Maurício Fridman.

A cor tem a mesma natureza física que a luz. Cor é luz.
É pela maior ou menor transmissão de luz que as cores são percebidas.
A água, o ar, a luz, a cor são elementos vitais. Sem eles não há possibilidade de desenvolvimento orgânico. A vida parece.
Água, ar, luz e cor são presenças constantes no desenvolvimento vegetal e animal: céu, terra, árvores, frutos, pássaros, animais — em todos também a cor tem função de vida.
A cor associou-se a todas as imagens que apreendemos de nosso meio ambiente. O relacionamento com a cor transferiu-se para a linguagem, carregando-se de simbolismos: "tudo azul", "amarelo de raiva".
A par deste simbolismo, a cor tem manifestações psíquicas e fisiológicas. Estudos realizados comprovam que a maioria das pessoas tem reações fisiológicas características a cores determinadas. Assim: o vermelho aumenta a tensão muscular e, portanto, a pressão sanguínea e o ritmo respiratório: o vermelho é estimulante mental; o laranja favorece a digestão; acelera a pulsação mas não altera a pressão sanguínea: o laranja é um estimulante emotivo; o amarelo estimula a vista; é uma das cores mais luminosas e pode acalmar certos estados nervosos; o verde baixa a pressão sanguínea; é usado no tratamento da histeria, fadiga nervosa e contra a insônia. O verde é um calmante mental; o azul baixa a tensão muscular e a pressão sanguínea; diminui o ritmo respiratório. Em casos de indivíduos nervosos o azul é mais sedativo que o verde; o violeta atua sobre o coração e os pulmões, aumentando a resistência orgânica deles.

O tratamento com o auxílio das cores ou cromoterapia é um auxiliar comprovado da medicina. Os hospitais brancos, por motivos de assepsia, além de ser falsa esta noção de higiene, estão ultrapassados como conceito terapêutico.

Além das qualidades psíquicas e fisiológicas, as cores têm propriedades de **dimensão, peso** e **temperatura,** que lhes conferem uma dinâmica própria como elementos de formulação de espaços; assim, entre uma superfície pintada de azul e outra pintada de amarelo, a amarela parecerá maior; no tabuleiro de xadrez, os quadrados brancos parecem maiores que os pretos, isto é, certas cores aumentam ou aproximam as superfícies em que estão pintadas; certas cores diminuem ou afastam as superfícies em que estão aplicadas. Graças a esta propriedade de compor sua própria dimensão, as cores podem compor ou destruir um volume; podem aproximá-lo ou afastá-lo.

A diversidade de tons é capaz de produzir um ritmo volumétrico próprio, contrapondo-se ou ajustando-se aos volumes em que estão situados. No planejamento dos volumes cromáticos, com cores justapostas, são importantes os relacionamentos entre as cores quanto aos aspectos de tom, claridade, saturação da cor usada, área e forma em que a cor está contida. Isto é, ao se colocar uma cor ao lado de outra, mudam-se as sensações cromáticas em função das qualidades da cor e da forma, textura das superfícies de apoio.

A cor tem **peso:** uma caixa pintada de verde parece mais pesada do que uma pintada de laranja. Graças a isto, é possível tornar um volume com aspecto mais carregado ou mais leve; é possível fixá-lo ao solo ou deixá-lo flutuando. É possível fazer uma superfície baixar-se ou elevar-se.

A cor tem **temperatura.**

É sabido que as cores primárias são três: azul, vermelho e amarelo, e de sua combinação duas a duas resultam três cores secundárias: verde, laranja e violeta. O branco é a combinação de todas elas, recompondo-se a luz, e o preto é a ausência de todas as cores.

O vermelho, o amarelo e o laranja, por refletirem maior quantidade de luz, transmitem a sensação de aumento de temperatura: são cores quentes; o azul, o verde e o violeta, por refletirem menos luz, transmitem a sensação de diminuição de temperatura: são cores frias.

Dimensão, peso, temperatura são qualidades da cor que os pintores sempre exploraram dentro de uma qualidade estética: a dinâmica própria da cor esteve em evolução em todas as épocas da pintura.

Quando os impressionistas puseram seus cavaletes no meio da natureza, abandonando os ateliers escuros para investigar sobre o comportamento da luz na natureza, abriu-se para a cor novas perspectivas.

As cores de Cézanne, Gauguin, Van Gogh saltam dos quadros: a alegria da luz estoura sobre eles. Foram eles que deram o primeiro passo para o entendimento das possibilidades luz-cor.

Mas foi preciso esperar mais, até que a pintura se libertasse do romance, isto é, que a cor deixasse de ser usada em apoio a uma ilustração, para que a cor (inclusive as cores acromáticas: branco, preto e toda a gama de cinzas) fosse entendida como um sistema de linguagem próprio.

A arquitetura, acompanhando apenas de longe o desenvolvimento artístico, e as pesquisas físicas, psicológicas e terapêuticas em relação ao problema "cor", aliadas aos poucos materiais com diferenciação cromática e baixa qualidade de tintas existentes, não têm produzido obras significativas em que a cor tenha sido usada como dado para projeto.

Prédios de coloração indefinida e sem nenhum propósito maior, que os resíduos das indústrias e dos automóveis rapidamente transformam em acinzentados; edifícios hospitalares em que o branco (por falsa noção de higiene) dá um aspecto frio e seco; residências e prédios em que os problemas psicológicos dos proprietários e/ou escolhas arbitrárias são exteriorizados sem nenhuma consideração pela paisagem em que se situam — eis a situação específica de nossa metrópole quanto ao aspecto colorístico.

Cor é **luz, dimensão, peso, temperatura.**

Cor é dado para projeto global e não elemento aposto ao projeto para embelezá-lo.

O aspecto decorativo que tem marcado o uso da cor na arquitetura é fruto de um atraso de cem anos no uso da cor.

Ao se executar um planejamento cromático é preciso levar-se em conta o contexto geral da edificação, a forma do edifício e dos que lhe são adjacentes, o tipo estrutural escolhido, as relações de peso e de espaço.

"A policromia arquitetônica não pode ser pretexto para a utilização de cores ou formas agressivas de qualquer maneira; há de se constituir na procura de uma harmonia construtiva em relação à paisagem ou ao ambiente total e com as finalidades específicas de cada situação."

Brancos, pretos, cinzas também são cores possíveis de uso adequado. A orgia colorística atual ou a ausência total de cores, por outro lado, é uma primeira etapa no processo da liberação e conhecimento do uso da cor.

A cor, usada sem conhecer-lhe os fundamentos, é um perigo que é preciso evitar.

A cor tem construtividade e dinamismo próprios, que é preciso projetar dentro de uma qualidade estética.

O homem vive dentro de edificações durante oito horas para dormir, oito horas para trabalhar ou estudar e duas para comer; as seis horas restantes do dia são passadas em cinemas, clubes ou no trajeto entre essas atividades.

Um planejamento cromático para todos esses edifícios e o meio circundante, mais do que necessário, é uma condição de bem estar social.

A cor é capaz de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

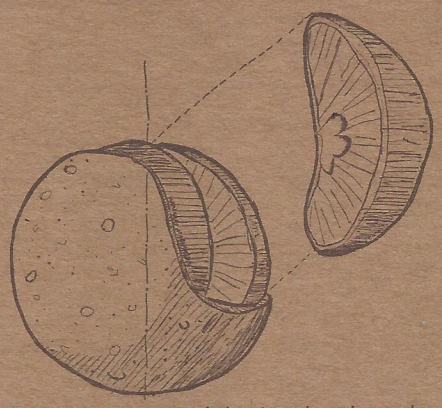
Este é o ponto que deve ser frisado: a cor deve entrar no planejamento urbano e arquitetônico como fator de desenvolvimento social.

A cor é necessidade vital.

As facilidades que o desenvolvimento de materiais de construção e de tintas duráveis policromas permitem, aliadas ao conhecimento do desenvolvimento artístico, paisagístico, psíquico e técnico relacionado com o mundo da cor, deverão abrir novos caminhos no processo de planejamento.

É preciso conhecer, sentir e usar este mundo novo com discernimento e senso estético, que sem esse, ah, sem esse todo o resto nada vale.

Um jogo metodológico: a laranja e a rosa



Qual é a metodologia do desenho industrial? Sintetizando um artigo de Bruno Munari, o arquiteto paulista Carlos Augusto Mattei Faggin sugere um jogo que pode ajudar a compreender certas leis naturais e também criar em torno de si reais alternativas para os mais variados programas de desenhos de objetos. "Podemos estabelecer um paralelo entre os objetos 'projetados' pela natureza e os projetados pelo desenhista industrial", diz Mattei Faggin. "Alguns frutos, por exemplo, têm elementos em comum com produtos industrializados. O que é a casca senão uma embalagem da própria fruta? Munari, com especial clareza, nos dá uma contribuição quase definitiva para o entendimento do clássico problema metodológico, resultado de sua constante preocupação humanística."

A laranja

Objeto constituído por uma série de **containers** com forma de gomos, dispostos em círculo em torno de um eixo central vertical, no qual cada gomo apóia seu lado retilíneo enquanto os lados bicurvos, voltados para fora, dão ao conjunto, como forma final, uma espécie de esfera.

O conjunto desses gomos é contido em uma embalagem bem caracterizada pelo material empregado e pela cor final: de superfície externa bastante dura e revestida internamente por uma superfície macia de proteção do conteúdo. Os materiais empregados são todos eles de mesmas características de origem, mas diferenciam-se entre si segundo sua função no conjunto.

Cada **container** é por sua vez formado por uma película plástica suficientemente resistente para conter o suco (produto final), mas bastante maleável quando se decompõe a forma global. Cada gomo é fixado ao outro por um delicado adesivo e a embalagem é caracteristicamente "sem retorno", podendo ser jogada fora sem problemas para o ambiente. Cada gomo tem exatamente a forma da arcada dentária humana, podendo portanto, uma vez extraído da embalagem, ser rompido com uma ligeira pressão dos dentes, possibilitando a imediata degustação do suco. Em geral, além de conter o suco propriamente dito, os gomos contêm ainda uma pequena semente da planta que gerou a fruta: uma oferta do produtor ao consumidor, no caso de este último querer ter uma produção pequena particular desses objetos. Deve-se notar o desinteresse econômico dessa idéia e por outro lado o compromisso psicológico que nasce entre o consumidor e o produtor: ninguém, ou muito poucos, se põe a plantar laranjas; porém, esta concessão altamente altruísta, a idéia de poder fazê-lo, liberta o consumidor do complexo de castração e estabelece uma relação de confiança autônomo-recíproca entre os dois.

A laranja é, portanto, um objeto quase perfeito, onde concorrem harmonia, forma, função, consumo. Até a cor é exata: o azul, por exemplo, não seria absolutamente indicado.

Há uma única concessão decorativa: o acabamento externo do conjunto em termos de material é tratado como "casca de laranja". Quem sabe se pretendeu reproduzir externamente o desenho da polpa interna dos **containers**. De qualquer modo um mínimo de decoração é plenamente justificável.

A laranja resulta um objeto de **bom desenho**, onde todos os fatores concorrentes para forma e conteúdo finais estão perfeitamente justificados, sendo difícil encontrar um furo no seu conjunto.

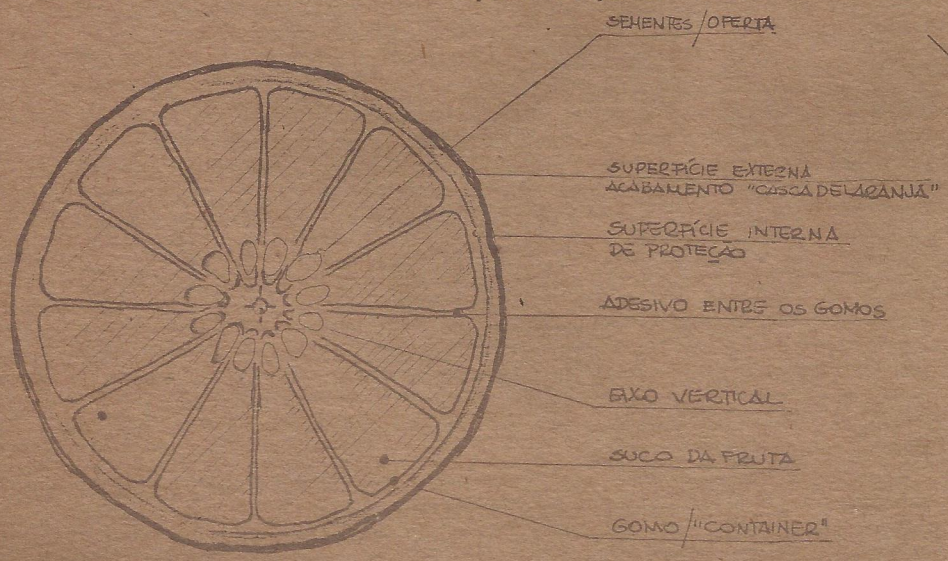
Portanto, se se conhecem perfeitamente as finalidades de um objeto, as características dos materiais a serem empregados na sua fabricação e as condições de execução deste objeto, tanto para a laranja como para qualquer outro produto, a solução final é sempre uma única: **a melhor!**

A rosa

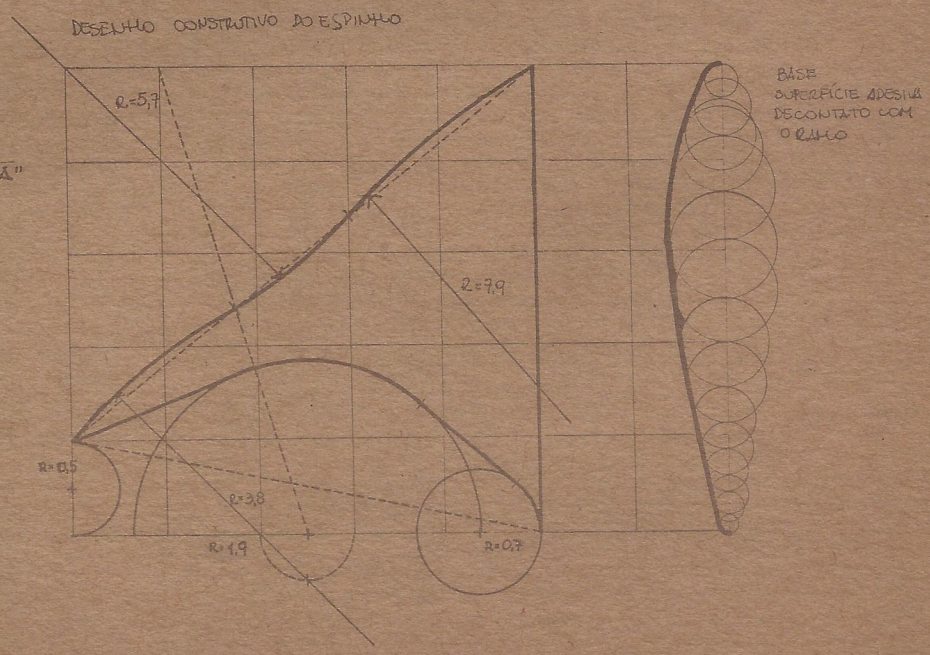
Toda concepção racional da função social do desenhista industrial renega, obrigatoriamente, o tipo de produção, infelizmente muito difundido, de objetos absolutamente inúteis ao homem, com fundamentos unicamente ligados aos mais banais princípios de decoração, gratuitos e injustificados, se bem que, algumas vezes, formalmente coerentes. Sabe-se porém que a coerência formal, por si só, não basta para justificar objetos produzidos sem a menor preocupação com as suas possibilidades de mercado. Um desses objetos é a rosa.

Peça de enorme produção (na verdade caótica e desordenada, originária de lugares onde a economia produtiva não é jamais considerada), formalmente coerente e colorida corretamente, em várias cores e tons na sua maioria "quentes", apresenta o canal da linfa muito bem calculado e suas pétalas são de curvatura elegante (lembrando um pouco a linha Pininfarina dos anos 50) e ainda com uma clara disposição imparipenada de folhas dentadas com nervuras à vista; esses elementos todos porém não são suficientes para justificá-la como objeto de uso em larga escala. Como um consumidor sem interesses sofisticados pode apreciar esse objeto? Qual o porquê dos espinhos? Certamente lá estão para forçar um contraste com seu suave perfume. Grosso modo porém é um tipo de contraste pouco claro, cuja sutileza não pode ser entendida e apreciada por consumidores a nível de massa.

Um objeto sem dúvida inútil para o homem. Um objeto para ser visto e quando muito cheirado — parece inclusive que já estão sendo produzidas rosas sem perfume —, um objeto enfim injustificado, de nenhuma significação objetiva e portanto com muitas e pessoais significações subjetivas.



SEÇÃO HORIZONTAL



Projete suas próprias luminárias

A execução de projetos de luminárias sempre foi um problema sério para arquitetos e **designers.** Estes problemas vão desde a alteração de detalhes considerados "sem importância" pelos fabricantes — mas que alteram seu balanço — à mudança das peças a serem produzidas, para aproveitar estampos, peças existentes ou mesmo a falta de capacidade técnica.

"Em vários contatos que tivemos com arquitetos e **designers,** a queixa era sempre a mesma", explica Antonio Carlos Rodrigues, gerente da Bronzeart, "faltava no mercado alguém interessado em executar projetos de luminárias, respeitando o **design.** Estudamos o problema, fizemos pesquisas e resolvemos entrar no mercado".

Tradicional fabricante de lustres **art nouveau** e coloniais, com pessoal altamente especializado em trabalho com cristais, vidros, aço inox, ferro, cobre, bronze, latão e alumínio, a Bronzeart montou em sua fábrica uma unidade experimental, destinada a produção de protótipos.

Assessoria técnica

"Hoje, em nossa unidade experimental, o arquiteto ou o **designer** pode acompanhar todas as fases de produção de sua peça, analisando cada detalhe de fabricação, custos, etc. Com isto podemos chegar juntos a um produto final. Sem surpresas de última hora, quando não há mais tempo para pensar em mudanças", explica Rodrigues.

"Além disso — continua — para executar um protótipo não exigimos o projeto final. Basta que o arquiteto nos traga um ante-projeto ou um esboço das luminárias que deseja. Nosso pessoal dará toda a assessoria técnica necessária para a elaboração do projeto".

Direitos autorais

"Se o arquiteto que projetou as luminárias para sua obra tiver interesse, podemos incluir sua luminária em nossa linha normal de fabricação, mediante o pagamento de royalties", explica Antonio Carlos. "Mas não é apenas isso. Achamos que o autor do projeto deve ser valorizado e uma das maneiras é assinando seus trabalhos, como se faz em muitos países da Europa".

A Bronzeart Indústria e Comércio fica na rua Oscar Freire, 1732, em São Paulo e pode atender pedidos para produção de pequenas ou grandes quantidades de luminárias especiais.

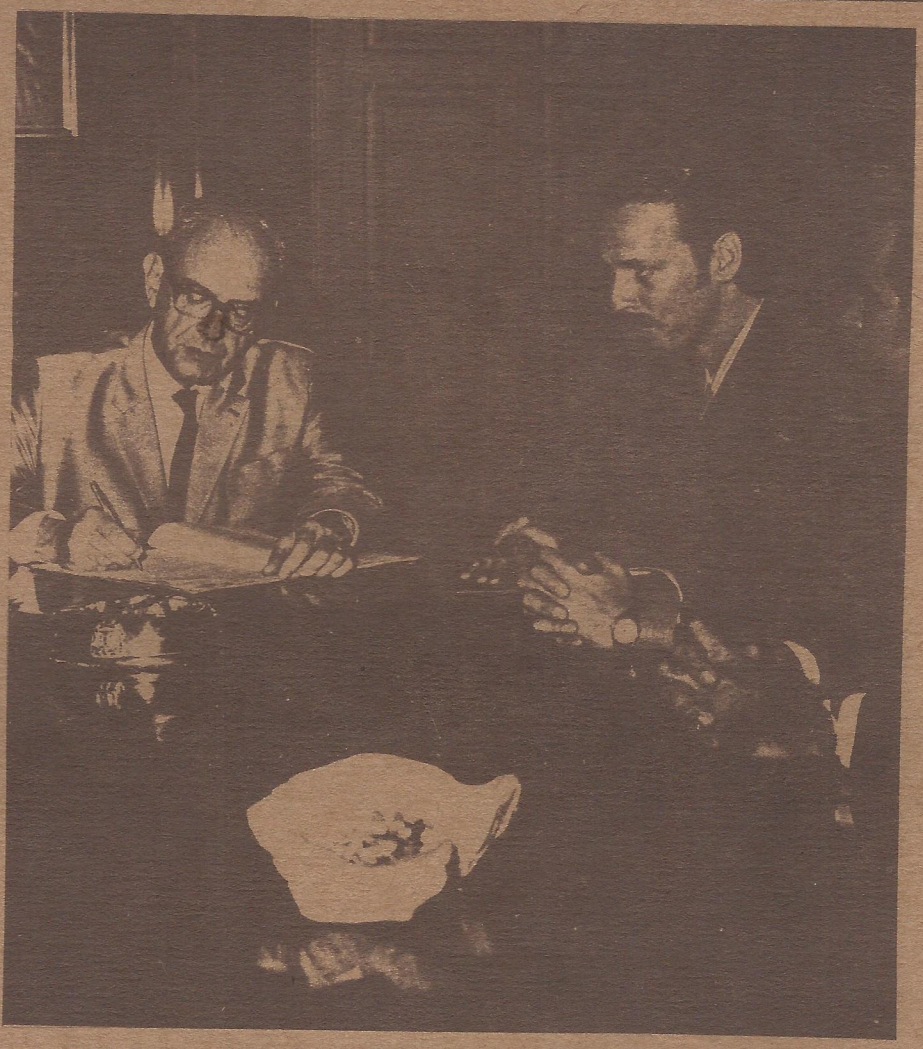
Federação Nacional de Arquitetos ainda este ano

Ainda este ano deverá ser formada a Federação Nacional dos Arquitetos. Os trabalhos preliminares para sua fundação serão realizados durante o Encontro Nacional dos Sindicatos dos Arquitetos, marcado para os dias 15 a 17 de agosto próximo, na sede do Sindicato dos Arquitetos do Estado da Guanabara, que está organizando o simpósio.

Participarão do Encontro quatro sindicatos — os de São Paulo, Guanabara, Bahia e Rio Grande do Sul — e quatro associações profissionais — do Pará, Pernambuco, Espírito Santo e Paraná. Os temas a serem abordados são:

- Mercado de Trabalho / agência de colocação para arquitetos (Sindicato da Guanabara)
- Assistência jurídico-social (Sindicato de São Paulo)
- Integração dos sindicatos com entidades de classe (Sindicato da Bahia)
- Integração entre os sindicatos e a formação da Federação (Sindicato do Rio Grande do Sul).

O presidente do CREA do Paraná, Armando Oliveira Stranbi, fará uma palestra sobre "Fiscalização do Exercício Profissional", e a Associação Profissional dos Arquitetos do Estado do Pará promoverá uma conferência sobre "Problemas de Formação de Novos Sindicatos".



Sindicato da GB terá sede própria

O governo do Estado da Guanabara cedeu ao Sindicato dos Arquitetos um terreno para a construção da sede da entidade. A área se localiza na rua Humaitá, no Botafogo. O ato foi realizado no Palácio da Guanabara, estando presentes o governador Chagas Freitas; Peter José Schweizer, presidente do Sindicato da GB; José Vasquez Ponte, presidente em exercício do CREA, 5.ª Região; o vice-presidente do Sindicato dos Arquitetos, José Anchieta Leal; Olga Verjovski, representante do IAB-GB; e Rui Rocha, coordenador da Câmara de Arquitetura do CREA, 5.ª Região.

O governador Chagas Freitas cedeu o terreno para construção da sede do Sindicato da Guanabara.

UIA: Imaginação e Tecnologia

A seção italiana da União Internacional dos Arquitetos organizou uma mesa redonda para discutir o tema do XII Congresso, levando interessantes subsídios à comissão de organização. Participaram da sessão o arquiteto Pissarski, vice-presidente da UIA, e Michel Weill, secretário-geral, além dos membros da comissão de organização do XII Congresso.

Os debates foram sobre o papel dos arquitetos no desenvolvimento das sociedades modernas e contaram com a participação de economistas e sociólogos de expressão, como Aurélio Peccei e Roberto Vacca.

Segundo a UIA, "pela qualidade dos relatórios e das diversas manifestações em andamento, o XII Congresso será uma grande manifestação pela promoção de uma arquitetura mais humana".

O tema do congresso, a ser realizado em Madri, de 5 a 10 de maio de 1975, é "A Criatividade Arquitetônica — Imaginação e Tecnologia", dividido em três subtemas: "A Influência da Imaginação sobre a Criatividade Arquitetônica", "A Influência da Tecnologia sobre a Criatividade Arquitetônica" e "A Arquitetura, Produto da Imaginação e da Tecnologia — Métodos e Práticas".

Maiores informações na Secretaria do XII Congresso Mundial da UIA — Paseo de la Castellana, 10 — 6.º Dcha — Madrid 1 — Espanha.

CREA/6.ª Região cria novo serviço

Os arquitetos, engenheiros e agrônomos do interior do Estado de São Paulo não precisarão mais se deslocar para a capital para obter documentos ou orientação junto ao CREA da 6.ª Região. As inspetorias regionais passarão a expedir certidões, a receber requerimentos e documentos dirigidos ao CREA, além de prestar serviços de orientação e fornecer publicações. Essa assessoria será prestada também por associações de classe do interior, com as quais o CREA está firmando convênios.

Paisagistas reúnem-se no IAB

Os arquitetos paisagistas paulistas estão se reunindo todas as sextas-feiras no auditório do IAB (rua Bento Freitas, 306), para definir sua área de atuação profissional e elaborar um anteprojeto de tabela de honorários, que servirá para fixar critérios mínimos para a apresentação de orçamentos. As reuniões são realizadas às 19 horas.

Os bons critérios de São Bernardo

A Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP), que vinha se destacando pelos trabalhos efetuados pela PRSBC, adotou como critério para a fixação de honorários de serviços profissionais de arquitetura a tabela do Instituto de Arquitetos do Brasil. A medida se efetivou em maio deste ano, com a promulgação da lei municipal n.º 2 107/74, que prevê ainda a utilização das tabelas do Instituto de Engenharia para os projetos de competência dos engenheiros.

O Departamento de São Paulo do IAB, considerando a importância da medida na contratação de bons profissionais, enviou carta de congratulações ao prefeito e secretário de obras.

O perigo nas cidades históricas

O crescimento urbano desordenado — com a construção de novos prédios e formação de novos bairros — está descaracterizando as cidades históricas de Ouro Preto e Mariana. A conclusão é da Fundação João Pinheiro, que realizou um diagnóstico para o Governo do Estado de Minas Gerais e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, apontando medidas para reduzir os efeitos negativos dessa expansão. A principal causa dessa situação é, segundo a Fundação, a ausência de planejamento e de legislação eficiente para controlar a expansão urbana.

Livros sobre o meio urbano nos EUA

Uma expressiva mostra da literatura norte-americana sobre o meio urbano foi apresentada na segunda quinzena de junho, no IAB de São Paulo. A exposição, organizada pelo consulado norte-americano, reuniu 23 editoras, que enviaram cerca de 250 livros analisando sete temas básicos: Meio Urbano; Administração e a Economia Urbana; Transporte Urbano; Sociedade Urbana; Educação Urbana; Planejamento e Desenho Urbano; e Urbanização — História Urbana.

Os bons cursos da Bouwcentrum

A Fundação Bouwcentrum, de Rotterdam, Holanda, realizará o 24.º Curso Internacional sobre Planejamento Habitacional e Construção, de 7 de agosto a 20 de dezembro próximos. O curso abordará diversos aspectos do ambiente urbano e é destinado a planejadores, arquitetos, engenheiros e outros profissionais envolvidos no processo de habitação, construção e planejamento que querem estudar seus campos específicos, mas também estão interessados em relacionar seus trabalhos a diferentes áreas, pois o curso é interdisciplinar.

Esses cursos são realizados periodicamente. O 25.º está marcado para o período de 8 de janeiro a 30 de maio de 1975. O endereço da Bouwcentrum International Education é: Postbox 299, Rotterdam, Netherlands (Holanda). As informações são do arquiteto Sérgio Pileggi.

A partir de observações da exposição de Sérgio Ferro (Galeria F. Millan, 1973, SP), o arquiteto Luís Carlos Daher chegou a este texto, que considera ainda um "esboço de ensaio".

O vôo interrompido

SEBASTIÃO (S). Mártir romano; festa litúrgica a 20 de janeiro. Parece que o pai era originário de Narbona e a mãe de Milão; por isso, ambas estas cidades disputam a honra de lhe terem dado o berço. Indo para Roma, Sebastião alistou-se no exército e tornou-se muito estimado dos imperadores Diocleciano e Maximiano, que lhe deram o comando da primeira corte. Como professava o cristianismo, teve assim ocasião de prestar muitos serviços aos fiéis encarcerados. Denunciado ao imperador Diocleciano, confessou abertamente a sua fé e recusou apostatar. O imperador determinou que o levassem para o meio do campo e o amarrassem a um poste, onde seria varado de setas. Os arqueiros executaram a sentença e deixaram-no por morto. Uma mulher cristã, chamada Irene, foi de noite buscar o corpo para lhe dar sepultura. Verificando, porém, que Sebastião estava ainda vivo, levou-o para sua casa e tratou-lhe as feridas. O mártir restabeleceu-se em poucos dias e, sem atender as súplicas dos cristãos, foi apresentar-se outra vez aos imperadores, para lhes censurar a crueldade. Diocleciano mandou então conduzi-lo para o hipódromo do palácio e açoutá-lo até morrer. Os carrascos levaram de noite o cadáver e atiraram-no para a cloaca máxima. O mártir apareceu em sonhos a uma piedosa matrona, chamada Lucina, e disse-lhe: — Encontrarás, perto do circo, o meu corpo pendente de um gancho (...). O São Sebastião de Andrea Mantegna, no Museu de História da Arte de Viena, mostra Roma como fundo longínquo, alheia à presença do homem que, atravessado de flechas, sobrevive em primeiro plano. Os arqueiros dão as costas e abandonam o cenário principal, como se buscassem o anonimato. Mantegna captou, na pintura, a obscuridade das figuras que servem à Ata dos Martírios. Cinco séculos depois, outro São Sebastião é pintado, com novas significações. Este traduz um problema não personalizado. O rosto não comparece, mas já se disse que, na percepção, o invisível conta tanto quanto o visível. Visível é o pássaro, à esquerda, surpreendido no momento do vôo. O azul da camisa esculpe um vazio denso, suficientemente corpóreo. O quadro é resolvido no matiz azul, ao qual se adicionou mais ou menos tom neutro, o que lhe dá a função do preto dentro do claro-escuro geral. A tensão se repete, mas o azul é mais luminoso em outros quadros (violão, São Jorge, viagem de Ogum), onde é fragmento de outro tempo, o "azul de profundidades maiores" de Flávio Motta.

São Sebastião
Andrea Mantegna

São Sebastião

O apelo expressionista à arte popular (O prinspo e a sonhosa, anteprojeto para a festa de Maria) é freqüentemente confundido com o velho problema das influências. Pelo menos um jornal recordava Canogar e Volpi. Mas as bandeirolas são signos da vida imediata dos subúrbios e campos, mais que reminiscências de Volpi, ambos se aproximando do reconhecimento dos meios e modos com que a maior parte da população constrói seu ambiente. A sabedoria de Van Gogh percebia que é mais importante ver o artista na vida que um artista em outro.

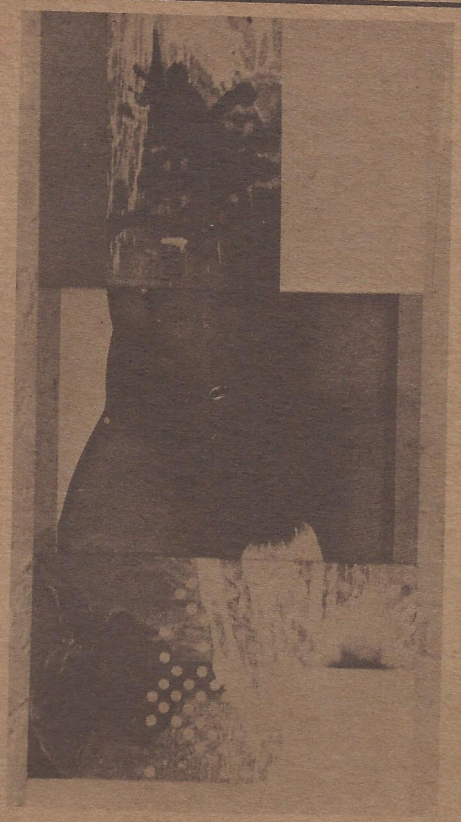
Raras vezes comparece o preto ou a ausência de cor. Em "São Jorge", a profusão de cores e colagens atinge o maravilhoso que lateja na decoração popular. Impressiona, como o azul velado de "L'amour fou", com as palavras de André Breton. Recorda-se que o surrealismo via no amor a experiência do maravilhoso. Em Aragon: "A relação que nasce da negação do real pelo maravilhoso é essencialmente de caráter ético e o maravilhoso é sempre a materialização de um símbolo moral, em oposição violenta à moral do mundo no meio do qual ele surgiu." O maravilhoso não é o mesmo em todos os momentos. Pode estar nas ruínas românticas, na percepção deflorada, nos mitos da religião não-oficial.

E pode também estar no corpo que "não é só corpo, mas está em tudo mais que o rodeia".

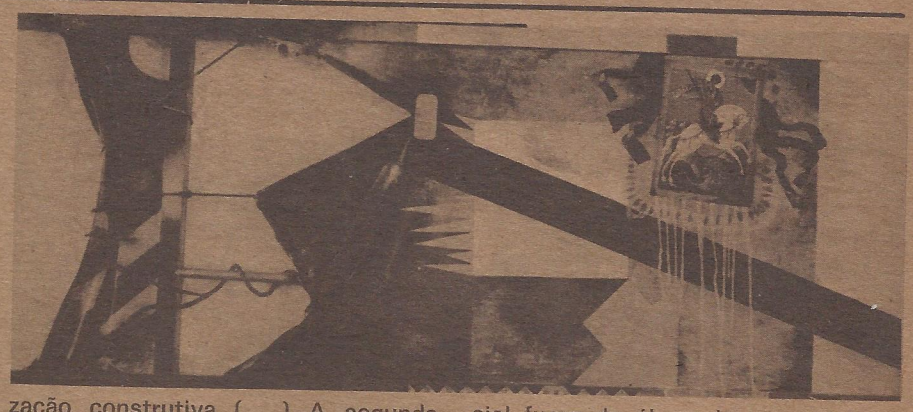
Em "Tinindo trincando" ou "Mo ou sexta-feira da paixão", o corpo amado é um símbolo poderoso, produz ressonâncias em quem ama. Desserotizando o ambiente e aprisionando a energia amorosa no sexo, a atual sociedade mostra mais uma face da sua monumental tirania contra a Natureza. "Como exponente de la naturaleza, la mujer se ha convertido en la sociedad burguesa en un símbolo enigmático de irresistibilidad e impotencia. De tal suerte restituye el dominio, como en un espejo, la vana mentira que coloca a la superación de la naturaleza en el lugar de la conciliación con ella." ("Dialéctica del Iluminismo.")

Arte

O vôo interrompido



Viagem de Ogum à Grécia



Tinindo Trincando

A mulher como objeto do domínio é parte de toda a Natureza reificada. A transformação do seu conteúdo simbólico resgata sua humanidade: nestas pinturas, a mulher passa a ser além-de-si o Futuro. Seu corpo é pintado como paisagem, é o "fundo" que a cidade distante não pode ser. O Futuro que o pássaro reinvindica não é anulado pelo vôo interrompido. Com o amor louco, nova dimensão irrompe pela unidimensionalidade reinante: formam-se aqui, agora, imagens que pertencem a outra memória, a memória como antecipação do futuro.

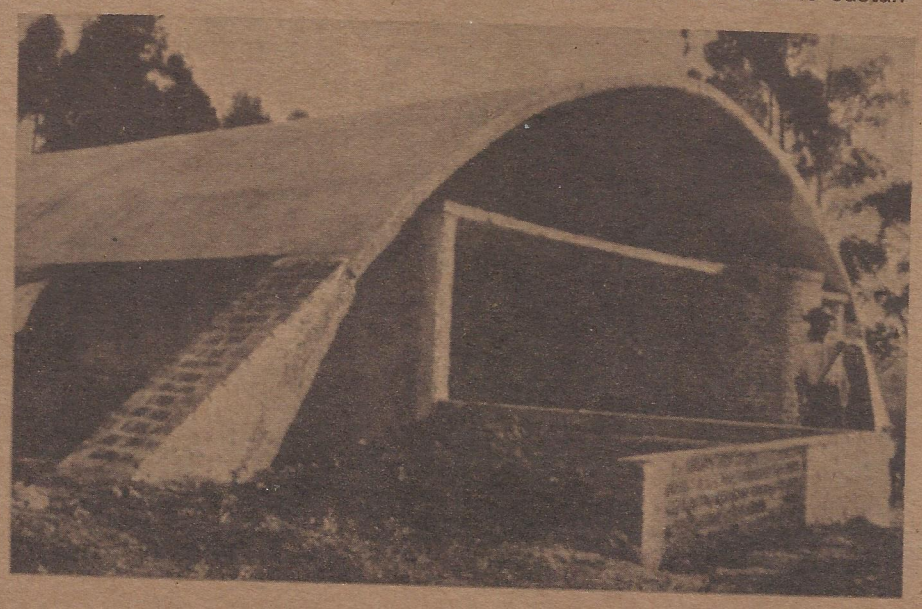
Nos idos de 60, era confortador saber que "A racionalização dos elementos de construção estimula a criação de novas possibilidades formais e expressivas". (Revista Acrópole, 319, julho, 65.) Essa esperança se transformou sob o toque dos clarins, ao adiamento reagiu "no primeiro instante, com a afirmação renovada e acentuada de suas posições principais. Daí essa espécie cabocla de brutalismo... a excessiva racionalização construtiva (...) A segunda "fase", isto é, a casa de Cotia, é alteradora: tentativa de elaborar modos de produção da arquitetura "na expectativa de uma determinação por um novo modo de produção social", pois "seria ilusório esperar que a pura racionalidade seja suficiente para vencer o que o uso prolongado, deformado e deformante, produziu". Assim o projeto de arquitetura se enfatiza, na escala social, como anteprojeto.

Isto que está na casa de Cotia comparece no quadro "Anteprojeto para a festa de Maria", aceno breve da festa que utilizaria também dos elementos que já estão aí: o portão, a madeira precária e imediata, as bandeirolas azuis e amarelas.

A sensibilidade construtiva se manifesta na elaboração rigorosa de símbolos: barcos, pássaros, mira, orifícios. Seu arranjo institui um código cuja coerência interna é reflexo de outra coerência — maior — externa. Onde não é possível separar o "construtivo" do "expressivo". O pensamento que força essa separação cobra da arte sua redução — sem exceções — à qualificação estética dos produtos da técnica. Esse pensamento é fruto do conúbio entre o racionalismo iluminado e a administração total. Sua manifestação artística favorece a abrangência de uma racionalidade — a de mercado — que invade também o reino das galerias e museus. Suas conquistas não são mais proclamadas, pois uma a uma são absorvidas e servem a um sistema que, de resto, nem sonhava negar.

"La consciencia moral consistia (...) en la dedicación del Yo a lo sustancial fuera de él, en la capacidad de hacer propio el interés verdadero de los demás. Esta capacidad es la misma que la de la reflexión como síntesis de receptividad e imaginación. Puesto que la gran industria, al liquidar el sujeto económico independiente — ya sea al suprimir a los empresarios autónomos, sea transformando a los trabajadores en objetos del sindicato — sustrae cada vez más el terreno económico a la decisión moral, también la reflexión se atrofia (...) La consciencia moral queda sin objeto, dado que en el lugar de la responsabilidad del individuo por si mismo y por los suyos, aparece, aúnque sea bajo la vieja etiqueta moral, su rendimiento respecto al aparato." ("Dialéctica del Iluminismo".)

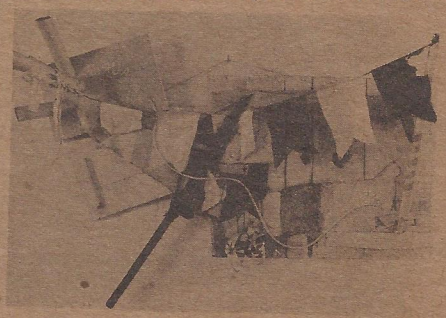
A rendição ao aparato se confere no curriculum vitae, a chave enfeitada que abre as portas da função. O currículo mínimo da vida coleciona anedotas, quantifica a tirania, pela redução do ser ao conhecido. Os que não se instrumentalizam são aceitos com condescendência ou difamados, no claro-escuro que vai de romântico a louco. O louco é aquele que o burocrata considera desequilibrado. O equilíbrio do burocrata equivale ao equilíbrio do velho moralista, agarrado ao fetiche do ouro enquanto sonha um centavo de finalidade. A face predatória da "sifilização", a "estupidez indizível do progresso", já ardia em Rimbaud e muito antes. Os mapas não consolam. Uma geografia inteira — calcinada pela razão iluminista — resplandesce sob a barbárie. Mas a pintura persevera na lembrança do tempo em que o sol não queimaria a terra que ilumina.



Anteprojeto para a Festa de Maria

* * *

— Enciclopédia Universal Portuguesa-Brasileira.
— Flávio Motta: Textos Informes.
— Adorno/Horkheimer: Dialéctica del Iluminismo.
— André Breton: Manifestos do Surrealismo.
— Sérgio Ferro: Arquitetura Nova.



Casa em Cotia